Inquérito Histórico: Infiltrações Antigas e Recentes

- UMA CINQUENTA DE ANTIPAPAS
- A. Algumas informações estatísticas
- B. Usurpadores heréticos ou flertando com os hereges
- C. "Anacleto II"
- D. Rampolla
- Conclusão
- Uma Centena de Conciliábulos
- VATICANO II: CONCÍLIO INFALÍVEL OU CONCILIÁBULO FALÍVEL
- A. Vaticano II: pastoral ou dogmático?
- B. Magistério infalível extraordinário ou ordinário?
- C. Valor de Obligação do Vaticano II
- D. Contradição entre o Vaticano II e a doutrina católica
- E. É permitido contestar este concílio?
- Conclusão
- 9. WOJTYLA É CATÓLICO?
- A. Uma doutrina heterogênea
- B. Wojtyla aprovou ex cathedra heresias?
- C. "Eu creio em Deus, Pai Todo-Poderoso" [ERROS SOBRE O PODER POLÍTICO]
- D. Eu creio em Deus, "Criador de todas as coisas" [EVOLUCIONISMO]

- E. Eu creio "em um só Senhor, Jesus Cristo" [O CRISTO-REI DESTRONADO PELO HOMEM-REI]
- F. Eu creio no "Filho único de Deus" [JESUS NÃO É O MESSIAS]
- G. Eu creio que o Filho é "consubstancial ao Pai" ["DA MESMA NATUREZA" SEGUNDO ÁRIO E A IGREJA CONCILIAR]
- H. Eu creio que "Ele se encarnou da Virgem Maria" [ATAQUE CONTRA O DOGMA DA IMACULADA CONCEIÇÃO]
- I. Eu creio que "Ele desceu aos infernos" [HERESIA DE ABELARDO E DE CALVINO]
- J. Eu creio que "Ele subiu aos céus" [FICÇÃO METAFÓRICA]
- K. Eu acredito que Ele 'voltará para julgar os vivos e os mortos' [HERESIA DE ZANINUS DE SOLCIA AMPLIFICADA POR WOJTYLA]
- L. Eu creio no Espírito Santo" [TRÊS PECADOS WOJTYLIANOS CONTRA O ESPÍRITO SANTO]
- M. Eu creio "na Igreja una, santa, católica e apostólica" [A RELIGIÃO À LA CARTE]

UMA CINQUENTA DE ANTIPAPAS

A. Algumas informações estatísticas
B. Usurpadores heréticos ou flertando com os hereges
C. "Anacleto II"
D. Rampolla

A. Algumas informações estatísticas

Antipapa é o termo usado para qualquer pessoa que tome o nome de papa e exerça, ou pretenda exercer, suas funções sem fundamento canônico. Assim, um antipapa pode ser um papa eleito de maneira não canônica [...], um competidor designado em circunstâncias duvidosas contra um papa eleito regularmente [...], ou até mesmo um intruso que se afirme pela força durante um pontificado [...]. Na Antiguidade e na Alta Idade Média, usava-se principalmente o termo "intruso", que implicava invasão e usurpação *(invasor, pervasor, usurpador)*; menos frequentemente, como mais tarde, usava-se "heresiarca" ou "cismático". Antíteses do termo "papa" eram bastante comuns: "falso papa" *(falsus papa, adulterinus papa)*, "pseudo-papa" e até o helenismo "catopapa" (Philippe Levillain: *Dicionário Histórico da Papado,* Paris 1994, entrada "antipapa"). Em grego, katw = abaixo, saído dos infernos ou do reino dos mortos. Catopapa = papa morto.

Um antipapa não é um verdadeiro papa, mas um usurpador eleito de forma irregular e, portanto, não reconhecido pela Igreja Romana. É um impostor sem autoridade nem assistência do Espírito Santo.

Usurpar a tiara é um pecado gravíssimo. Santa Catarina de Siena fez críticas severas aos três cardeais italianos culpados por abandonar "Cristo na terra, o papa Urbano VI", para se juntarem ao antipapa e aos cardeais cismáticos. A santa acusou: "Demônios encarnados elegeram o demônio" *(Carta* 31, in: Rohrbacher, t. IX, p. 41).

Seria inadmissível admitir - mesmo como uma especulação teórica puramente hipotética - a possibilidade de uma usurpação do título de "soberano pontífice" por um homem de nossa época? Um ocupante ilegítimo da Cátedra de São Pedro - algo jamais visto? Jamais visto, portanto impensável, inadmissível?

Na verdade, este caso hipotético não é algo "jamais visto", mas sim "já visto", portanto pensável, admissível! Pois a história da Igreja está marcada pela aparição de cerca de cinquenta intrusos. O que poderia ter acontecido em algum momento da Idade Média muito bem poderia se repetir na segunda metade do século XX.

No volume 1 dos *Atos de São Pio X* (Bonne Presse, Paris) encontra-se a lista cronológica oficial *(Annuario pontifico)* dos papas e antipapas, lista que complementamos com informações fornecidas por Guérin *(Os Concílios Gerais e Particulares, Bar-le-Duc 1872)* e Rohrbacher *(História Universal da Igreja Católica)*. A partir disso, estabelecemos uma estatística abrangendo dezenove séculos de papado, excluindo o século XX.

De um total de 300 (100%), tivemos: 244 papas legítimos (81%)

56 impostores (19%), dos quais 45 eram antipapas (15%) e 11 eram papas duvidosos (4%). "Papa duvidoso" = dois ou até três pretendentes à tiara, mas sem saber qual é o papa legítimo (especialmente durante o Grande Cisma do Ocidente de 1378 a 1417, onde os "papas duvidosos" de Avignon, Pisa e Roma competiam entre si). "*Papa dubius, papa nullus - Um papa duvidoso é um papa nulo*".

Entre os pretendentes à tiara, um em cada cinco (!) era ilegítimo ou duvidoso.

Ao longo de dezenove séculos (100%), a Igreja experimentou 12 séculos (63%) com antipapas ou papas duvidosos e 7 séculos (37%) sem antipapas nem papas duvidosos. Os séculos "com" predominam!

B. Usurpadores heréticos ou flertando com os hereges

Enquanto um verdadeiro pontífice supremo está seguro de nunca desviar da fé, o mesmo não se pode dizer de um falso papa. Assim, não é surpreendente ver que nove falsos papas foram não apenas cismáticos, mas também hereges. Por exemplo, mencionemos Novaciano, que não apenas era um herege, mas até mesmo um "heresiarcha" (fundador de uma seita herética). Ele sustentava que nunca se deveria perdoar novamente aos cristãos que sacrificaram aos ídolos, mesmo que se arrependessem sinceramente. Em 251, Novaciano "enviou dois homens de seu grupo para três bispos simples e rudes que moravam em uma pequena área da Itália e os trouxe para Roma. [...] Quando chegaram, Novaciano os trancou em um quarto, os embriagou e se fez ordenar bispo [de Roma]. O papa Cornélio, em um concílio de sessenta bispos, condenou Novaciano e o expulsou da Igreja" (Pluquet: *Dictionnaire des hérésies,* Paris 1847 (vol. XI da *Encyclopédie théologique* editada pelo abade J.P. Migne), artigo "Novaciano"). A seita dos novacianos tomou o nome de "cataros" (puros) e perdurou no Ocidente até o século VIII (não confundir com os "cátaros" albigenses dos séculos posteriores).

Os católicos africanos, que haviam considerado o antipapa Novaciano como verdadeiro papa, se retrataram e prestaram obediência a Cornélio, o papa legítimo, nestes termos: "Confessamos nosso erro; fomos vítimas de uma fraude; fomos enganados pela perfídia e pelos discursos enganosos; pois mesmo que parecesse que estávamos em comunhão com um homem cismático e herege, nosso coração sempre esteve na Igreja" (in: Heinrich Denzinger: *Symboles et définitions de la foi catholique,* Paris 1996, p. 33).

Como exemplo de usurpador católico, mas flertando com os hereges, podemos mencionar "Félix II". Ele foi eleito pelos arianos para substituir o papa exilado São Libério. "A eleição ocorreu de maneira bastante estranha. Três eunucos representaram a assembleia do povo; três bispos, indignos desse nome, entre os quais estava Acácio de Cesaréia na Palestina [ariano que teve papel preponderante no exílio de São Libério], impuseram-lhe as mãos no palácio do imperador [o ariano Constâncio]; pois o povo romano não permitiu que uma ordenação tão irregular ocorresse na igreja, e nenhum habitante de Roma quis entrar nela desde então, quando Félix estava presente. No entanto, é justo reconhecer que ele sempre manteve a fé de Niceia e foi irrepreensível em sua conduta, exceto pela associação que tinha com os arianos desde antes de sua ordenação" (Rohrbacher, vol. III, p. 150).

C. "Anacleto II"

"Anacleto II" (1130 - 1138) era um "marrano", ou seja, um falso convertido de origem judaica. Sua família, os Pierleoni, havia acumulado uma enorme fortuna através da usura, o que lhe permitiu ascender ao cardinalato. Uma vez cardeal, ele despojou as igrejas e, com esse ouro, subornou outros cardeais em vista do futuro conclave. O papa Honório II, já moribundo, percebendo que o bloco judaizante havia se tornado predominante, reduziu o sagrado colégio a oito cardeais, eliminando assim muitos cardeais partidários dos Pierleoni. Os eleitores legítimos elegeram Inocêncio II. Poucos dias depois, Pierleoni, tendo seduzido dois terços dos outros cardeais, se fez eleger (anti)papa, sob o nome de "Anacleto II".

Segundo os contemporâneos, "Anacleto II" despojou as igrejas. Citando um deles, o abade Ernold: "Quando até mesmo os maus cristãos que o seguiam se recusaram a destruir os cálices e crucifixos de ouro, para fundi-los, Anacleto executou este plano através de judeus. Estes últimos destruíram com entusiasmo os vasos sagrados e as imagens. Esses objetos foram vendidos e com esse dinheiro [...], Anacleto foi capaz de perseguir os partidários de Inocêncio II" (in: Maurice Pinay: *Verschwonmg gegen die Kirche,* Madrid 1963, p. 547).

Inocêncio II teve que fugir para a França. São Bernardo tentou unir a Inocêncio II as duas potências principais da Europa, Alemanha e França. Escreveu ao imperador alemão Lotário em 1135: "É uma afronta a Cristo que um homem de origem judaica esteja sentado no trono de Pedro" (carta 139, in: *Sancti Bernardi opera,* Roma 1974, vol. VII, p. 335 ou *Obras completas de São Bernardo,* Paris 1865 - 1867, vol. 1, p. 261). São Bernardo interveio no concílio de Etampes (1130), convocado pelo rei da França, Luís VI, o Gordo. O rei apoiou então Inocêncio II. São Bernardo frustrou as tentativas diplomáticas de "Anacleto II", que se vangloriava de "restaurar à Igreja a pureza dos primeiros tempos" através de reformas (!).

São Norberto defendeu a causa do papa legítimo no concílio de Wurzburgo. O episcopado alemão se uniu a Inocêncio II. No grande concílio de Reims em 1131, convocado por Inocêncio II e São Bernardo, os bispos da Inglaterra, Castela e Aragão também reconheceram o verdadeiro papa. "Anacleto II" tinha a seu favor a Itália e a Sicília.

Seguindo os conselhos de São Bernardo e São Norberto, o imperador Lotário empreendeu uma cruzada contra o usurpador, mas falhou. Em 1135, Lotário partiu novamente rumo a Roma, pelo qual o papa legítimo agradeceu em uma carta: "A Igreja, inspirada por Deus, te escolheu como legislador, como um segundo Justiniano, e te elegeu para que combata a infâmia herética dos judeus, como um segundo Constantino" (in: Pinay, p. 551). Esta segunda cruzada também falhou, e o antipapa permaneceu no Trono de Pedro até sua morte (25 de janeiro de 1138). "Demos graças a Deus por ter afundado este miserável na morte", exclamou São Bernardo na época.

D. Rampolla

Na morte de Leão XIII, os católicos quase tiveram um papa maçom, até mesmo um maçom que alcançou os mais altos graus dos cultos luciferianos! O cardeal **Rampolla di Tindaro**, secretário de Estado de Leão XIII, frequentava regularmente aos sábados uma loja próxima à abadia de Einsiedeln (Suíça) e a cada quinze dias uma loja interna em Zurique. Esta loja interna fazia parte da O.T.O., *Ordo Templi Orientis*. Este Ordem do Templo Oriental tinha afiliações com diversas organizações, incluindo a Igreja Católica Gnóstica; a Ordem dos Templários (Cavaleiros Templários); a Igreja Oculta do Santo Graal; a Fraternidade Hermética da Luz; a Ordem dos Rosacruzes de Heredom; bem como várias organizações maçônicas: os Iluminados da Baviera; o rito antigo e primitivo da Maçonaria (sistema com 32 graus iniciáticos); o rito de Memphis (97 graus); o rito de Misraim, fundado pelo irmão judeu Bédarride (90 graus); o rito escocês antigo e aceito (33 graus); a Ordem dos Martinistas (fundada pelo luciferiano Saint-Martin); o rito de Swedenborg (que previu antecipadamente a Revolução Francesa) (informações fornecidas por Georges Virebeau: *Prélats et Francs-Maçons*, Paris 1978, p. 28-33).

Rampolla era um iniciado de alto grau, pertencente aos oitavo e nono graus da O.T.O., os únicos graus autorizados a se aproximar do Grande Mestre Geral Nacional e do Chefe Supremo da Ordem, chamado *Fater Superior* (Irmão Superior) ou O.H.O. (*Outer Head of the Order*). É interessante notar que a *Ordo Templi Orientis* foi fundada por Aleister Crowley, considerado o maior satanista dos tempos modernos e que se autodenominava o Anticristo! A decência impede relatar em detalhes as orgias e rituais luciferianos que ele organizou com seus discípulos.

Monseigneur Jouin, fundador e diretor da *Revue Internationale des Sociétés Secrètes*, ao ter em mãos as provas da afiliação do cardeal Rampolla, encarregou seu editor-chefe, o marquês de La Franquerie, de levá-las aos cardeais e bispos da França. Félix Lacointa, diretor do jornal *Le Bloc Anti-Révolutionnaire (ex-Bloc Catholique)*, testemunhou em 1929: "Durante nossa última conversa com Monsenhor Marty, bispo de Montauban, ao mantê-lo informado das descobertas recentes e ao mencionarmos o cardeal Rampolla di Tindaro, ele mencionou que, durante sua visita *ad limina* a Roma, pouco tempo após a morte do antigo Secretário de Estado de Leão XIII, ele foi chamado por um cardeal [Merry del Val, Secretário de Estado de São Pio X] que detalhou que na morte do cardeal Rampolla, provas concretas de sua traição foram descobertas em seus papéis. Esses documentos incriminadores foram levados ao Papa Pio X: o santo pontífice ficou chocado, mas desejando preservar a memória do prelado traidor da desonra e para evitar um escândalo, ele disse, emocionado: 'O pobre homem! Queimem!' E os papéis foram queimados na presença dele" (segundo Virebeau, p. 28).

O poder oculto incumbiu o irmão Rampolla de duas missões:

1. Estabelecer dentro do Vaticano uma loja (a de "São João de Jerusalém"), que forneceria altos dignitários da Santa Sé;

2. Ser eleito papa na morte de Leão XIII. Rampolla realizou a primeira tarefa, mas falhou por pouco na segunda.

No conclave, Rampolla conseguiu concentrar a maioria dos votos, mas o cardeal Pucielsko y Puzyna, arcebispo de Cracóvia, apresentou uma carta escrita pelo governo da monarquia austro-húngara. O imperador Francisco José vetou a eleição de Rampolla. Por quê? A polícia austríaca tinha conhecimento da afiliação do cardeal. Como esse motivo não foi divulgado durante o conclave, os cardeais ficaram escandalizados com essa interferência do poder civil. No próximo escrutínio, Rampolla recebeu mais votos, mas, protestando contra o veto, declarou que não aceitaria. O sagrado colégio então elegeu Giuseppe Sarto, que assumiu o nome de Pio X. Em sua primeira encíclica, o novo papa, ainda sem saber os motivos por trás do veto, protestou contra a interferência da Áustria no conclave. Foi somente após a morte de Rampolla que ele descobriu o motivo da intervenção imperial.

Algumas décadas depois, o sobrinho do cardeal luciferino formou (ou continuou) um círculo de conspiração, apostando em... Montini (ver capítulo 10)!



VER Documentos de Virgo-Maria sobre Rampolla

Conclusão

A história eclesiástica registra 56 usurpadores do trono pontifical, incluindo 9 hereges. Ao contrário de um *verdadeiro* papa, um *pseudo-pontífice* pode cair em heresia. Daí uma regra simples de discernimento: um homem que ensina erros na fé não pode ser papa, mas é certamente um impostor.

Houve épocas na história da Igreja em que ela enfrentou impostores que se autoproclamavam "papa". A situação atual apresenta algumas semelhanças com os tempos de São Bernardo, quando a Sé de Pedro foi ocupada por um usurpador marrano. No entanto, as duas situações não são completamente idênticas: em oposição ao antipapa ("Anaclet II"), havia um papa legítimo (Inocêncio II), além do braço secular ainda católico. Hoje, pelo contrário, os hereges instalados na Sé de Pedro reinam como mestres sem oposição; eles não são "antipapas" porque não foram eleitos "contra" um papa legítimo. Em vez de chamá-los de "antipapa", deveríamos designá-los mais apropriadamente por outro termo tradicional: "invasor", que pode ser traduzido como "envahisseur" ou "usurpador".

Amadeu de Saboia foi um usurpador que adotou o pseudônimo de "Félix V" como artista. No entanto, o Concílio de Ferrara-Florença (1438 - 1445, 9ª sessão) chamou esse usurpador não de "Félix V", mas de "Amadeu anticristo" ("Amedeus antichristus"). Da mesma forma, nós designaremos os usurpadores atuais não pelos seus pseudônimos, mas por seus nomes verdadeiros: Angelo Roncalli (em vez de "João XXIII"), Giovanni Battista Montini (em vez de "Paulo VI"), Albino Luciani (em vez de "João Paulo I") e Karol Wojtyla (em vez de "João Paulo II"). Ao falar deles, nunca usaremos o título de "papa", "Santo Padre" ou "sucessor de Pedro". Vamos até evitar a expressão "sucessores de Pio XII".

Os clérigos da Igreja conciliar, não sendo católicos, não são nem "bispos do lugar" nem "cardeais da Igreja romana". Portanto, devem ser designados apenas pelo seu nome de família, por exemplo, "Honoré" (em vez de "Dom Honoré") ou "Ratzinger" (em vez de "cardeal Ratzinger").

Somente o pontífice romano tem o direito de convocar e confirmar um concílio geral. No entanto, o Vaticano II foi convocado não por um pontífice romano, mas por um usurpador (Roncalli) e foi confirmado por outro usurpador (Montini). Portanto, é ilícito atribuir à reunião do Vaticano II o título de "concílio" (ou mesmo de "*sacrosanctum concilium*"!). Deve ser chamado de "conciliábulo Vaticano II". Um "conciliábulo" é uma assembleia ilegítima, cujos atos são nulos e sem efeito.

A história eclesiástica conhece mais de uma centena de conciliábulos, como veremos no próximo capítulo.

> Resumo: um papa nunca ensinará um erro na fé, mas a história da Igreja conhece dezenas de antipapas, dos quais vários eram hereges.

O Papa São Libério foi banido pelo imperador por se recusar a excomungar São Atanásio. Durante seu exílio na Trácia, os arianos em Roma prestaram obediência ao antipapa "Félix II". De 355 a 365, a Sé de Pedro em Roma foi ocupada por um falso papa que praticava o ecumenismo!

A ortodoxia heroica de São Libério foi destacada por um de seus sucessores: "E quanto a esses pontífices, quem ousará dizer que falharam, mesmo em um ponto, na missão que receberam de Cristo, de confirmar seus irmãos? Longe disso; para permanecer fiéis a esse dever, alguns seguem sem hesitar o caminho do exílio, como Libério, Silvério, Martinho; outros corajosamente tomam nas mãos a causa da fé ortodoxa e de seus defensores que apelaram ao papa, vingando a memória deles mesmo após sua morte" (Bento XV: encíclica *Principi apostolorum,* 5 de outubro de 1920).

Uma Centena de Conciliábulos

> "Não se dá o nome de igrejas [em grego *ecclesia* = assembleia, concílio], mas de conciliábulos aos conventículos dos hereges" (concílio geral africano, realizado em Cartago em 398, cânone 71).

Um concílio com o papa está protegido do erro; um concílio sem papa pode se equivocar, e de fato na história da Igreja ocorreu que bispos reunidos em concílio sem papa caíram em heresias. Exemplos de conciliábulos:

No conciliábulos de Rimini (359), centenas de bispos de todo o mundo foram enganados pelos arianos e assinaram uma fórmula suscetível de interpretação herética. "O universo gemeu e se surpreendeu por se tornar ariano" (São Jerônimo).

O conciliábulos de Constantinopla in Trullo (692), realizado pelos cristãos do Oriente, permitiu que homens casados fossem ordenados padres. Ao saberem disso, os cristãos do Ocidente, fiéis ao celibato eclesiástico, zombaram dos Orientais incapazes de guardar a continência.

O Concílio de Basileia (1431 - 1443) foi dissolvido pelo papa, mas então se revoltou contra essa decisão. A partir desse momento, não era mais um concílio, mas um conciliábulo. Os prelados (apenas algumas dezenas de bispos, mas centenas de teólogos) se declararam superiores ao papa e o depuseram, o que causou grande indignação aos centenas de bispos fiéis reunidos nos concílios de Ferrara e Florença com Eugênio IV (que condenaram o conciliábulo em 1438). Os prelados reunidos em Basileia até elegeram um antipapa, "Félix V". Este sínodo cismático foi condenado pelo V Concílio de Latrão. São Antonino chamou este sínodo de Basileia de "um conciliábulo sem força e a sinagoga de Satanás" (História, parte III, título 22, capítulo 10, nº 4). São João Capistrano o descreveu como "uma assembleia profana e excomungada, uma caverna de serpentes e um antro de demônios" (Sobre o poder do papa e dos concílios, início da segunda parte, III, nº 8). O bispo de Meaux o chamou de "sínodo em delírio" (em: Odoric Raynald: Anais Eclesiásticos, 1750, ano 1441, nº 9).

A Assembleia do Clero Galicano (1682) alegou erroneamente que os príncipes não estariam abaixo do papa, que o concílio era superior ao papa e que as declarações do papa só seriam infalíveis com o consentimento da Igreja universal. As decisões dessa assembleia foram anuladas pelo papa em 1690.

O Sínodo de Pistoia (1786) caiu em muitos erros: democratização da Igreja, reforma da liturgia (contra relíquias no altar; a favor do vernáculo!), reforma da disciplina, atribuição de infalibilidade ao concílio nacional sem o papa. O papa Pio VI (constituição Auctorem fidei, 28 de agosto de 1794) condenou nada menos que 85 proposições retiradas dos atos do sínodo, mas não foi ouvido de forma alguma.

Sob o Diretório, de fato, o conciliábulo nacional francês de 1797, presidido pelo abade maçom Grégoire, atacou vigorosamente as relíquias, as velas, e o uso do latim. Solicitaram-se missas celebradas na língua vernácula e expressou-se um desejo de ecumenismo "estendido até aos representantes do judaísmo".

Ao consultar a coleção de concílios editada por Paul Guérin (Os Concílios Gerais e Particulares, Bar-le-Duc 1872), encontram-se 1138 concílios católicos, além de 96 conciliábulos.

Entre os concílios católicos, dois concílios ecumênicos não foram integralmente aprovados pelo papa reinante. O 28º cânone do Concílio de Calcedônia (atribuindo uma importância exagerada ao bispo de Constantinopla) e um cânone do Concílio de Constança (afirmando que o concílio é superior ao papa) não foram reconhecidos.

CONCLUSÃO:

O episcopado reunido em concílio nacional, ou mesmo os bispos e cardeais de todo o mundo reunidos em concílio geral, podem errar na fé. O único garante é o papa.

Nunca foi visto um concílio dito "ecumênico" (geral), aprovado por um papa, ser herético. Se os bispos reunidos no Concílio de 1963 a 1965 estiverem errados, isso não indicaria que lhes faltava o garante?

Isso será examinado no próximo capítulo.

> **Resumo: um concílio é infalível com o papa, mas sujeito ao erro sem o papa; existem cerca de cem conciliábulos que erraram.**

VATICANO II: CONCÍLIO INFALÍVEL OU CONCILIÁBULO FALÍVEL

- A. Vaticano II: pastoral ou dogmático?
- B. Magistério infalível extraordinário ou ordinário
- C. Valor de obrigação do Vaticano II
- D. Contradição entre Vaticano II e a doutrina católica
- E. É permitido contestar este conciliábulo?

Vaticano II é o triunfo de uma corrente herética, chamada de "católicos liberais" (século XIX), depois "modernistas" (século XX). Os ensinamentos do Vaticano II são contrários à fé. Quem os adere se separa da Igreja Católica.

Podemos estabelecer o seguinte raciocínio:

§ 1. Um concílio geral é infalível (Vaticano I: *Dei Filius*, capítulo 3), desde que seja confirmado pelo pontífice romano (*Código de Direito Canônico de 1917*, cânone 227).

§ 2. O Vaticano II foi um concílio geral. Mas errou.

§ 3. Portanto, o homem que confirmou o Vaticano II não foi um pontífice romano.

Portanto, Montini não era papa e o Vaticano II não foi um "concílio", mas um "conciliábulo", ou seja, uma assembleia herética cujos atos são nulos.

Um concílio com o papa está livre do erro. Se o Vaticano II errou, isso prova que Montini não era papa. Este raciocínio muito simples e claro deveria ser suficiente.

No entanto, alguns pensadores tentam evitar a conclusão deste raciocínio (que prova que Montini é um impostor). Eles procedem da seguinte maneira:

§ 1. Eles contestam o dogma da infalibilidade dos concílios gerais (imitando assim Martinho Lutero).

§ 2. Além disso, eles afirmam que o Vaticano II não teria afirmado sua própria infalibilidade. Segundo eles, este concílio teria tido "um caráter pastoral, mas não dogmático". Portanto, não

teria tomado nenhuma decisão infalível.

§ 3. Sua conclusão: como o Vaticano II não teria afirmado sua infalibilidade, não se poderia provar que Montini não era papa. Portanto, ele seria papa.

A. Vaticano II: pastoral ou dogmático?

O que significa "pastoral"? Seria sinônimo de "disciplinar"? Mas então, o caráter "disciplinar" não exclui o caráter dogmático, e vice-versa, porque desde Niceia até o Vaticano I, todos os concílios ecumênicos trataram da fé e todos (exceto o II e III de Constantinopla) também trataram *igualmente* da disciplina.

O adjetivo "pastoral" é derivado do substantivo comum "pastor". Os pastores são ministros religiosos que têm a responsabilidade pelas almas. E a responsabilidade pelas almas não requer que o pastor fale tanto dos dogmas a serem cridos quanto da moral a ser observada? O "caráter pastoral do Vaticano II" está longe de excluir a doutrina, pelo contrário: "Para cumprir seu dever *pastoral*, nossos predecessores trabalharam incansavelmente na propagação da *doutrina*" (Vaticano I: *Pastor aeternus*, capítulo 4). "Consideramos um dever de nossa missão *pastoral* expor a toda a comunidade cristã, nesta carta encíclica, a *doutrina...*" (Pio XII: *Mystici corporis*, 29 de junho de 1943). "A responsabilidade *pastoral* do magistério está assim ordenada para garantir que o povo de Deus permaneça na *verdade* que liberta. Para cumprir este serviço, Cristo dotou os pastores com o carisma da _infa...

É verdade que Montini falou do "caráter pastoral" do Vaticano II, mas Wojtyla lhe atribuiu um caráter doutrinal: "...a continuidade do concílio com a Tradição, especialmente em pontos doutrinais que..." (motu proprio *Ecclesia Dei*, 2 de julho de 1988). Roncalli, também, atribuiu-lhe um caráter doutrinal, pois ele tinha designado para o conciliábulo "como tarefa principal melhor guardar e explicar o depósito precioso da doutrina cristã" (Wojtyla: constituição apostólica *Fidei depositum*, 11 de outubro de 1992). O caráter pastoral está intimamente ligado ao aspecto doutrinal: "Os Padres conciliares conseguiram elaborar, ao longo de quatro anos de trabalho, um conjunto considerável de exposições doutrinais e diretrizes pastorais" *(ibidem).*

É verdade que vários textos conciliares são "constituições pastorais". Mas existem também dois textos conciliares que têm exatamente o título de "constituição DOGMÁTICA *Lumen Gentium*" e "constituição DOGMÁTICA *Dei Verbum*! Como "constituições dogmáticas" poderiam vir de um conciliábulo supostamente "não-dogmático"?

Além disso, em *Dignitatis Humanae* encontram-se palavras que indicam um caráter dogmático, como "doutrina, verdade, palavra de Deus, Revelação divina".

O Vaticano II não foi apenas pastoral, mas também dogmático. O Vaticano II foi pastoral e dogmático ao mesmo tempo.

O Vaticano II foi também dogmático, pois o dogma, segundo o sentido comum da palavra, são as verdades da fé a serem cridas, derivadas da Revelação. No Vaticano II, a liberdade de culto e de imprensa foi apresentada como contida na Sagrada Escritura, portanto, como sendo de fé divina. "Este Concílio Vaticano investiga a tradição sagrada e a santa doutrina da Igreja" (*Dignitatis Humanae*, § 1); a liberdade religiosa tem seu fundamento na "palavra de Deus" (§ 2); ela corresponde "à ordem estabelecida por Deus mesmo" (§ 3); é necessária para uma sociedade preocupada "com a fidelidade dos homens para com Deus e sua santa vontade" (§ 6); agir contra ela seria "agir contra a vontade de Deus" (§ 6); "esta doutrina da liberdade tem suas raízes na Revelação divina, o que, para os cristãos, é um motivo a mais para ser fiel a ela" (§ 9); ela corresponde "à palavra e ao exemplo de Cristo" e "os apóstolos seguiram o mesmo caminho" (§ 11); por isso, "a Igreja, fiel à verdade do Evangelho, segue o caminho que Cristo e os apóstolos seguiram ao reconhecer o princípio da liberdade religiosa como conforme à dignidade do homem e à Revelação divina [...] Esta doutrina, recebida de Cristo e dos apóstolos, ela a guardou e transmitiu ao longo dos tempos" (§ 12).

B. Magistério infalível extraordinário ou ordinário?

Para negar a infalibilidade do Vaticano II, algumas pessoas se baseiam na famosa declaração feita por Montini em 12 de janeiro de 1966: "Dado o caráter pastoral do concílio, este evitou proclamar segundo o modo 'extraordinário' dogmas afetados pela nota da infalibilidade". Isso parece dar razão aos opositores da infalibilidade do Vaticano. No entanto, esta frase foi truncada. Não nos contentemos com o *texto truncado* do discurso de Montini, mas também leiamos *o restante*, conforme relatado no *L'Osservatore Romano* de 13 de janeiro de 1966: "Dado o caráter pastoral do concílio, este evitou proclamar segundo o modo 'extraordinário' dogmas afetados pela nota da infalibilidade. No entanto, o concílio atribuiu a seus ensinamentos a autoridade do magistério supremo ordinário". Montini assimilou o Vaticano II ao magistério ordinário. No entanto, como ensina o Vaticano I (*Dei Filius*, capítulo 3), o magistério ordinário também é sempre infalível.

Na verdade, esta declaração de Montini é bastante estranha: ele classifica um concílio (ou melhor, um "conciliábulo"!) como pertencente ao "magistério ordinário", cometendo assim um erro grosseiro de classificação. Por definição, todo concílio, especialmente um concílio geral, faz parte do magistério extraordinário. Independentemente do que Montini disse, o Vaticano II faz parte do magistério extraordinário, não do magistério ordinário. Poderíamos invocar, em apoio a esta afirmação, uma frase de Wojtyla: "O Segundo Concílio do Vaticano SOLIDAMENTE recordou que o direito à liberdade religiosa é sagrado para todos os homens" (discurso de 22 de dezembro de 1979). Poderíamos ainda nos referir ao seu motu proprio *Ecclesia Dei* de 2 de julho de 1988, que assimila o Vaticano II ao magistério extraordinário, colocando-o entre os concílios ecumênicos (que, por definição, pertencem ao magistério extraordinário): "O resultado alcançado pelo movimento promovido por Mons. Lefebvre pode e deve ser uma oportunidade para todos os fiéis católicos refletirem sinceramente sobre sua própria fidelidade à Tradição da Igreja, autenticamente interpretada pelo magistério eclesiástico, ordinário e extraordinário, especialmente nos concílios ecumênicos, desde Niceia até o Vaticano II".

Então? Extraordinário ou ordinário? Na nossa opinião: extraordinário. Mas na verdade, pouco importa o modo, porque seja ordinário ou extraordinário, o magistério deve ser considerado como sendo infalível, conforme as palavras de Pio XII: "Sempre que se faz ouvir a voz do magistério da Igreja, tanto ordinário quanto extraordinário, recebam esta voz com ouvidos atentos e espírito dócil" (Pio XII aos membros do Angelicum, 14 de janeiro de 1958). Ou ainda Leão XIII: "Todas as vezes, portanto, que a palavra deste magistério declara que tal ou tal verdade faz parte do conjunto da doutrina divinamente revelada, cada um deve crer com certeza que isso é verdadeiro" (Leão XIII: encíclica *Satis Cognitum*, 29 de junho de 1896).

À conclusão de *Dignitatis humanae*, Montini aprovou integralmente todo o texto, exercendo sua autoridade suprema como (suposto) Vigário de Cristo: "Todo o conjunto e cada um dos pontos que

foram estabelecidos nesta declaração agradaram aos Padres. E nós, pelo poder apostólico que nos foi confiado por Cristo, em união com os veneráveis Padres, os aprovamos no Espírito Santo, os decretamos, os estabelecemos e ordenamos que o que foi estabelecido no concílio seja promulgado para a glória de Deus. Roma, em São Pedro, 7 de dezembro de 1965. Eu, Paulo, bispo da Igreja Católica".

Segundo o Vaticano II, a liberdade religiosa faz parte da fé católica, pois está contida no Evangelho. Negá-la seria, de acordo com as próprias palavras de Montini citadas acima, ir contra o veredicto do Espírito Santo, que falou através do órgão de um concílio ecumênico infalível.

Por sua vez, Wojtyla aprovou o *Catecismo da Igreja Católica* (Paris 1992), onde se lê no n° 891: "A infalibilidade prometida à Igreja reside também no corpo dos bispos quando exerce seu magistério supremo em união com o sucessor de Pedro" (constituição dogmática *Lumen Gentium*, § 25; cf. Vaticano I), especialmente em um concílio ecumênico. Quando, pelo seu magistério supremo, a Igreja propõe algo "para ser acreditado como revelado por Deus" (constituição dogmática *Dei Verbum*, § 10) e como ensinamento de Cristo, "é necessário aderir na obediência da fé a tais definições" (*Lumen Gentium*, § 25). Se compararmos os termos deste catecismo com os de *Dignitatis humanae*, concluímos que o Vaticano II cumpre as condições de infalibilidade: "Revelado por Deus" (*C.I.C.*) = "raízes na Revelação divina" (*D.H.*); "ensinamento de Cristo" (*C.I.C.*) = "doutrina recebida de Cristo" (*D.H.*).

Além disso, o caráter "pastoral" do Vaticano II não diminui sua infalibilidade, pelo contrário: "A carga pastoral do magistério é assim ordenada para assegurar que o povo de Deus permaneça na verdade que liberta. Para cumprir este serviço, Cristo dotou os pastores do carisma da infalibilidade em matéria de fé e moral" (*Catecismo da Igreja Católica*, n° 890).

C. Valor de Obligação do Vaticano II

Montini impôs aos fiéis a aceitação do ensinamento não apenas de *Dignitatis humanae*, mas de todos os textos conciliares. Em seu discurso de 12 de janeiro de 1966, ele afirmou: "O concílio atribuiu aos seus ensinamentos a autoridade do magistério supremo ordinário, o qual é tão manifestamente autêntico que deve ser acolhido por todos os fiéis segundo as normas estabelecidas pelo concílio, considerando a natureza e o propósito de cada documento".

Montini fez anexar a *Lumen gentium* uma declaração que já havia ordenado ser lida na aula conciliar por Felici, secretário do conciliábulo. "Perguntou-se qual qualificação teológica deve ser atribuída à doutrina exposta neste esquema. A comissão doutrinal respondeu que se baseia nas regras gerais conhecidas por todos, e remete à sua declaração de 6 de março de 1964: 'Considerando o costume conciliar e o propósito pastoral do presente concílio, este sagrado sínodo define que a Igreja deve reter apenas os elementos relativos à fé e aos costumes que ele declarou abertamente como tais'".

O vocabulário utilizado em *Dignitatis humanae* indica claramente que a liberdade religiosa é um "elemento relativo à fé e aos costumes" (§ 10: "Portanto, é plenamente conforme ao caráter próprio da fé que, em questões religiosas, seja excluída qualquer forma de coerção").

> E outro texto conciliar que deve ser considerado como relacionado à fé é o decreto sobre o ecumenismo Unitatis redintegratio. Pois o esquema preparatório desse decreto foi aprovado pelos Padres em 1º de dezembro de 1962 da seguinte forma: "Após a conclusão do exame do decreto sobre a unidade da Igreja, os Padres do concílio o aprovam como um documento que reúne as verdades comuns da fé" (in: Documentos conciliares. Concílio Ecumênico Vaticano II. A Igreja. O ecumenismo. As Igrejas orientais, Centurion, Paris 1965, p. 166). Dignitatis humanae e Unitatis redintegratio, além das duas constituições dogmáticas Dei Verbum e Lumen gentium, que contêm elementos relacionados à fé, devem ser "mantidos" (Comissão doutrinal, 6 de março de 1964, citado acima).

Todo este conciliábulo tem "um valor particular de obrigação" (Wojtyla, 1º de setembro de 1980). Este conciliábulo é, para os conciliares, O concílio por excelência. Tem, aos seus olhos, uma infalibilidade e um valor de obrigação que ultrapassa em muito todos os outros concílios. Montini exclamou indignado: "Como hoje alguém poderia se comparar a São Atanásio [alusão a Monsenhor Lefebvre] enquanto ousa combater um concílio como o Segundo Concílio do Vaticano, que não tem menos autoridade, e que é até, em alguns aspectos, mais importante do que o de Niceia?" (Montini: Carta a Monsenhor Lefebvre, 29 de junho de 1975).

Wojtyla, por sua vez, classificou esta reunião na categoria dos concílios ecumênicos, aos quais todo bom cristão deve obedecer. Segundo ele, o Vaticano II definiu verdades de fé em conexão com a Revelação divina: "Por sua vez, a Sé Apostólica tinha um único objetivo nessas conversas com você [Monsenhor Lefebvre]: promover e proteger essa unidade na obediência à Revelação divina, traduzida e interpretada pelo magistério da Igreja, especialmente nos vinte e um concílios ecumênicos, de Niceia ao Vaticano II" (carta de Wojtyla a Monsenhor Lefebvre, 9 de junho de 1988). Segundo Montini e Wojtyla, o Vaticano II é um concílio ecumênico que desfruta da mesma autoridade e infalibilidade que os concílios ecumênicos de Niceia, Calcedônia, Constantinopla, Latrão, Trento e Vaticano I.

D. Contradição entre o Vaticano II e a doutrina católica

Os maus livros foram sempre combatidos, a liberdade de imprensa sempre abominada. São Paulo mesmo encorajou os cristãos convertidos a queimar publicamente seus livros de feitiçaria (Atos dos Apóstolos XIX, 19).

No palácio dos papas em Avignon está afixado um decreto pontifical da época de Bento XIV: os impressores culpados de imprimir escritos dos hereges protestantes deveriam sofrer nada menos que A PENA DE MORTE!!

> "É preciso lutar com coragem, tanto quanto a coisa o exige, e exterminar com todas as forças o flagelo de tantos livros funestos; nunca se fará desaparecer a matéria do erro, se os elementos criminosos da corrupção não perecerem consumidos pelas chamas" (Clemente XIII: encíclica Christianae reipublicae salus, 25 de novembro de 1766).

"Essa licença de pensar, de dizer, de escrever e até de fazer imprimir impunemente [...] tudo o que pode sugerir a imaginação mais desregrada" é "um direito monstruoso" (Pio VI: breve Quod aliquantum, 10 de março de 1791).

A liberdade de imprensa é uma "liberdade execrável pela qual nunca se terá horror suficiente" (Gregório XVI: encíclica Mirari vos, 15 de agosto de 1830).

A condenação da liberdade de imprensa faz parte do magistério pontifício ordinário. Este ensinamento é infalível, segundo São Pio X (juramento antimodernista): "Eu, N., abraço e recebo firmemente todas e cada uma das verdades que a Igreja, por seu magistério infalível, definiu, afirmou e declarou, especialmente esses chefes de doutrina que são diretamente dirigidos contra os erros deste tempo".

No entanto, o Vaticano II se opõe a esse ensinamento infalível, afirmando: "Os grupos religiosos também têm o direito de não ser impedidos de ensinar e manifestar sua fé publicamente, de viva voz e por escrito" (Dignitatis humanae, § 4). Assim, xintoístas, cainitas (seita cujos discípulos se esforçam para cometer todo tipo de pecado, imitando Caim), supra-lapsários (grupo protestante), gomaristas (idem), luciferianos (antigamente discípulos de Lúcifer de Cagliari, combatidos por São

Jerônimo; hoje, adeptos do culto a Lúcifer), adoradores da cebola (existem na França atualmente) e adeptos de todas as outras seitas bizarras - perdão, deveria ter dito "grupos religiosos" - estão autorizados a espalhar seus delírios pela imprensa.

Isso levanta um problema de autoridade: a liberdade de imprensa foi condenada pelo magistério pontifício ordinário "infalível" (São Pio X). No entanto, essa mesma liberdade de imprensa foi aprovada pelo Vaticano II como decorrente da "Revelação divina" (termo que envolve a infalibilidade do Vaticano II).

Da mesma forma, a liberdade dos cultos, qualificada como "desastrosa e uma heresia para sempre deplorável" por Pio VII (carta apostólica Post tam diuturnas, 29 de abril de 1814), foi apresentada como uma verdade de fé pelo Vaticano II.

Um dos redatores de Dignitatis humanae, o Padre Congar, escreveu que, segundo este texto, a liberdade religiosa estava contida na Revelação. No entanto, ele mesmo admitiu que tal afirmação era falsa. "A pedido do Papa, eu colaborei nos últimos parágrafos da declaração sobre a liberdade religiosa: era para mostrar que o tema da liberdade religiosa já aparecia na Escritura, mas isso não é verdade" (in: Éric Vatré: A la droite du Père, Paris 1994, p. 118). Que confissão! Declarar que uma doutrina é revelada, sabendo perfeitamente que isso é falso! Os bispos do conciliábulo que aprovaram este texto - incluindo Montini - são impostores!

A liberdade religiosa é até contrária à Revelação. Quando os judeus adoraram o bezerro de ouro, Moisés os parabenizou? Ele não os encorajou a "manifestar livremente a eficácia singular de sua doutrina para organizar a sociedade e vivificar toda a atividade humana" (Dignitatis humanae, § 4). A inexistência do direito à liberdade religiosa é uma verdade revelada. Por exemplo, Deus ordenou a Gideão que derrubasse o altar erguido a Baal por seu próprio pai (Juízes 6:25). O profeta Elias matou com suas próprias mãos os sacerdotes de Baal (2 Reis 18:40). Elias é o maior dos profetas, pois foi especialmente honrado por Nosso Senhor Jesus Cristo durante a Transfiguração (portanto, Cristo é contra a liberdade religiosa). O sucessor de Elias, Eliseu, ungiu Jeú. O rei Jeú mandou massacrar todos os seguidores de Baal, demolir o altar e "também derrubaram o templo de Baal e fizeram dele um latrina, o que ele é até hoje" (2 Reis 10:27). Esta latrina perto de Jerusalém é chamada de Geena...

"Além disso, a liberdade religiosa exige que os grupos religiosos não sejam impedidos de manifestar livremente a singular eficácia de sua doutrina para organizar a sociedade e vitalizar toda a atividade humana" (Dignitatis humanae, § 4). No entanto, Cristo disse: "Eu sou o caminho, a verdade e a vida" (João 14:6). Ele não disse que outras religiões além da sua trazem vida. Além disso, Cristo disse: "Sem mim, nada podeis fazer" (João 15:5). Ele não disse que algo pode ser feito (organizar eficazmente a sociedade) por meio de Buda ou Maomé. Cristo disse: "Quem não crer será condenado" (Marcos 16:16). Portanto, Ele não deu permissão para honrar o Ser supremo (termo querido pelos maçons) por meio de qualquer culto X. Se o Vaticano II afirma que budistas, muçulmanos, protestantes, animistas, etc., têm o direito de "honrar publicamente a divindade suprema" (Dignitatis humanae, § 4; a expressão "divindade suprema" também aparece em Nostra aetate), isso prova que os prelados adotaram a ideologia e a linguagem das lojas maçônicas, assim como Wojtyla em Assis, pedindo aos seus convidados para simplesmente rezar "a uma potência

suprema", "o Ser absoluto", "uma potência acima de todas as nossas forças humanas", "essa realidade que está além de nós".

"Divindade suprema"? Um comentarista atento poderia até destacar que o adjetivo "suprema" implica que também existem divindades inferiores. O Vaticano II estaria então professando o politeísmo...

Passamos agora ao decreto sobre o ecumenismo intitulado Unitatis redintegratio, também aprovado "no Espírito Santo" por Montini, em 21 de novembro de 1964. "Justificados pela fé recebida no batismo, incorporados a Cristo, eles têm direito a ser chamados de cristãos, e os filhos da Igreja Católica os reconhecem justamente como irmãos no Senhor" (§ 3). É um passo curioso e inédito: os adeptos das diversas seitas heréticas ou cismáticas são agora considerados ter fé?!

"As 'ações sagradas' desses irmãos 'certamente podem efetivamente produzir a vida da graça, e deve-se reconhecer que elas dão acesso à comunhão da salvação. [...] O Espírito de Cristo não se recusa a usá-las [das seitas protestantes ou cismáticas] como meios de salvação" (ibidem).

O Vaticano II obriga a crer como verdade de fé divina ("deve-se reconhecer") que o protestantismo leva à salvação. A infalibilidade está claramente envolvida.

Mas Pio IX ensinou ex cathedra o contrário: "É também muito conhecido esse dogma católico: que ninguém pode se salvar fora da Igreja Católica, e aqueles não podem obter a salvação eterna que conscientemente se mostram rebeldes à autoridade e às definições da Igreja, bem como aqueles que estão separados voluntariamente da unidade da Igreja e do pontífice romano, sucessor de Pedro, a quem foi confiada pelo Salvador a guarda da vinha" (Pio IX: carta Quanto conficiamus, 10 de agosto de 1863).

E os concílios anteriores a Pio IX vão na mesma direção. Citamos apenas um texto pouco conhecido do Concílio de Sens, realizado em 1528: "O luteranismo é uma exalação da serpente infernal". E esse mesmo concílio não era realmente favorável à liberdade religiosa: "Nós suplicamos [...] ao rei [...] que demonstre o zelo com que está preenchido pela religião cristã, afastando todos os hereges das terras de sua obediência, exterminando essa peste pública, preservando nesta fé essa monarquia", e proibimos "as reuniões secretas dos hereges".

E. É permitido contestar este concílio?

Sim, mas a argumentação precisa ser contundente! O argumento de "concílio pastoral" não tem validade, pois este concílio também foi doutrinal (é o próprio Wojtyla quem assegura isso, e, pela primeira vez, ele está certo: constituição **dogmática** *Dei Verbum;* constituição **dogmática** *Lumen gentium!).* E dizer que o Vaticano II não teria engajado sua infalibilidade *solene* também não faz sentido: por definição, **todo** concílio faz parte do magistério solene! Mesmo adotando o ponto de vista (equivocado) de Montini, classificando o Vaticano II na categoria do magistério *ordinário* universal, a infalibilidade ainda estaria engajada (Vaticano I: *Dei Filius,* cap. 3).

Afirmar que este concílio é contrário à Tradição está de acordo com a verdade. Contestar o Vaticano II argumentando a flagrante contradição com a sã doutrina é um bom reflexo do católico. No entanto, este reflexo instintivo não é suficiente, por si só, para resolver uma questão misteriosa: como é possível que um concílio ecumênico, em princípio assistido pelo Espírito Santo, tenha errado?

O primeiro concílio, o de Jerusalém, escolheu uma fórmula que se tornou célebre: "Pareceu bem ao Espírito Santo e a nós" *(Atos dos Apóstolos* XV, 28). O Papa Pio XII ensina: "Cristo, embora invisível, preside aos concílios da Igreja e os guia com a sua luz" (encíclica *Mystici corporis,* 29 de junho de 1943, baseando-se em São Cirilo de Alexandria: *Ep.* 55 *de Synod.).* Montini, agindo como doutor público da Igreja universal, aprovou o Vaticano II "no Espírito Santo". Montini e Wojtyla colocam o Vaticano II no mesmo nível que os vinte concílios ecumênicos (de Niceia até o Vaticano I).

Ou qualquer pessoa que conteste um concílio ecumênico - como os arianos contra Niceia ou os protestantes contra Trento - é herege. Pretender que se pode pensar de forma diferente de um concílio ecumênico é uma heresia. Eis a 29ª proposição de Martinho Lutero: "Foi-nos dado o poder de refutar a autoridade dos concílios, de contradizer livremente seus atos, de nos tornar juízes dos atos que eles promulgaram, e de afirmar com segurança tudo o que nos parece verdadeiro; que isso seja aprovado ou reprovado por qualquer concílio". Esta proposição foi condenada por Leão X (bula *Exsurge Domine,* 16 de maio de 1520). Ao negar a infalibilidade de um concílio geral, Lutero avançava uma doutrina até então desconhecida na Igreja. Lutero fez "discípulos" no século XX: os modernistas (clérigos católicos contaminados pelos erros modernos) começaram também a contradizer os concílios, levando o Papa São Pio X a retomar a condenação da 29ª proposição de Lutero em sua encíclica *Pascendi,* de 8 de setembro de 1907. Por meio de seu motu proprio *Praestantia,* de 18 de novembro de 1907, ele adicionou a pena de excomunhão *ipso facto* para aqueles que propagassem doutrinas condenadas em *Pascendi*.

Os católicos não podem invocar nem as Escrituras nem a Tradição contra um concílio ecumênico (como o Vaticano II), pois os protestantes usaram a Bíblia contra Trento e os velhos católicos

defenderam a Tradição contra o Vaticano I. Também não se pode referir a Monsenhor Lefebvre, pois (deve-se lembrar desse truísmo) a autoridade doutrinal suprema na Igreja não é um bispo emérito, mas sim o pontífice romano. Ora, Montini assegurou, *como doutor público,* a conformidade deste concílio com a Tradição, e Wojtyla também certificou, *como doutor público,* que o Vaticano II estava de acordo com a Tradição:

"Nada do que foi decretado neste concílio, assim como nas reformas que decidimos para sua implementação, é contrário ao que a Tradição bimilenar da Igreja contém de fundamental e imutável. Disso somos garantes, não por nossas qualidades pessoais, mas pelo cargo que o Senhor nos conferiu como legítimo sucessor de Pedro e pela assistência especial que Ele nos prometeu como a Pedro: 'Eu orei por ti, para que tua fé não desfaleça'" *(Lucas* XXII, 32). Com nós é garantido o episcopado universal" (Montini: *Carta* a Monsenhor Lefebvre, 11 de outubro de 1976).

> « A amplitude e a profundidade dos ensinamentos do Concílio Vaticano II exigem um compromisso renovado de aprofundamento, que permitirá destacar a continuidade do concílio com a Tradição, especialmente em pontos de doutrina que, talvez devido à sua novidade, ainda não foram plenamente compreendidos em alguns setores da Igreja » (Wojtyla: motu proprio Ecclesia Dei, 2 de julho de 1988).

Os católicos devem seguir até o fim as exigências da Verdade e respeitar toda a Tradição, incluindo a sentença de Leão X condenando a 29ª proposição de Lutero. Se é proibido contestar um concílio ecumênico legítimo, restam apenas duas soluções canonicamente corretas: ou aceitar religiosamente o Vaticano II como um dom do Espírito Santo à Igreja; ou verificar se esse concílio foi realmente ecumênico ou não. Mas não se pode agradar a gregos e troianos, aceitando que esse conciliábulo figure oficialmente entre os concílios ecumênicos e, ao mesmo tempo, ignorá-lo (atitude luterana).

CADA um dos concílios ecumênicos é invulnerável. TODO concílio ecumênico é assistido pelo Espírito Santo. Este é o ensinamento EX CATHEDRA de Pio XII em Mystici corporis (pois o papa escreveu esta encíclica "como doutor da Igreja universal" para ensinar "todo o povo de Deus" os "mistérios revelados por Deus")!

Adicionemos ainda o especialista por excelência em infalibilidade: o Papa Pio IX: "Se eles acreditavam firmemente, junto com os outros católicos, que o concílio ecumênico é governado pelo Espírito Santo, que é somente pelo sopro deste Espírito divino que ele define e propõe o que deve ser crido, jamais lhes ocorreria que coisas não reveladas ou prejudiciais à Igreja poderiam ser definidas e impostas à fé, e não imaginariam que manobras humanas poderiam deter o poder do Espírito Santo e impedir a definição de coisas reveladas e úteis à Igreja" (bula Dolendum profecto, 12 de março de 1870).

É crucial entender o seguinte: se o Vaticano II é um dos concílios ecumênicos, ele É inspirado pelo Paráclito e, portanto, teologicamente e canonicamente invulnerável! Por outro lado, se não é ecumênico (por falta do guardião: o Papa), não possui a garantia da assistência do Espírito Santo,

mesmo com a presença de muitos bispos (como no conciliábulo de Rimini, por exemplo).

Aqueles que insistem em considerar Montini como Papa devem nos demonstrar de forma plausível como Cristo, ao contrário de suas quatro promessas (Lucas 20, 32; Mateus 16, 18 e 28, 19-20; João 14, 15-17), poderia abandonar seu Vigário durante um concílio ecumênico???

Da mesma forma, devem explicar de maneira coerente por que a fórmula "Pareceu bem ao Espírito Santo e a nós" (Concílio dos Apóstolos em Jerusalém) teria funcionado, enquanto a fórmula "Aprovamos no Espírito Santo" (Vaticano II) não funcionaria???

Em suma, afirmar que se pode rejeitar um concílio ecumênico aprovado por um Papa (Montini) equivale a dar razão a Lutero contra Leão X e São Pio X.

Conclusão

O Vaticano II afirmou sua infalibilidade, mas mesmo assim errou. Como explicar essa falha?

Montini afirma ter CONFIRMADO "NO ESPÍRITO SANTO", enquanto o Vaticano II É HERÉTICO em vários pontos. Isso PROVA que ele não poderia ter sido um verdadeiro Papa e que o Espírito Santo não o assistiu. Se ele tivesse sido Papa, a Igreja universal, apoiada em Pedro, não poderia ter errado, como ensina o Doutor Angélico *(Suma Teológica, suplemento da III parte, q. 25, a. 1)*.

Conhecemos a famosa exclamação dos Padres do Concílio Ecumênico de Calcedônia: "Pedro falou pela boca de Leão!" Bem, Pedro falou pela boca de Montini? Se sim, aqueles que contestam o Vaticano II não seriam melhores do que os contestadores nestorianos, que recusaram o veredicto de Pedro em Calcedônia; se não, Montini não era o sucessor de Pedro. *Tertium non datur.* ("Não há terceira solução").

Dizer que Montini não teria falado de modo algum seria ridículo, já que ele aprovou todos e cada um dos documentos conciliares em seu próprio nome. E afirmar que ele teria agido apenas como um "doutor privado" seria grotesco: aprovar um concílio ecumênico é um ato *público*, destinado a ser levado ao conhecimento de todo o mundo. Pedro falou pela boca de Montini? *Est est, non non!*

Além disso, Montini ele próprio estabeleceu muito claramente que ele engajava sua infalibilidade para certificar a ortodoxia do Vaticano II: "Nada do que foi decretado neste concílio, assim como nas reformas que decidimos implementar para colocá-lo em prática, está em oposição ao que a Tradição bimilenar da Igreja comporta de fundamental e imutável. Disso, nós garantimos, em virtude não de nossas qualidades pessoais, mas do cargo que o Senhor nos confiou como sucessor legítimo de Pedro e da assistência especial que Ele nos prometeu como a Pedro: 'Eu roguei por ti, para que a tua fé não desfaleça' *(Lucas* XXII, 32). Conosco está garantido o episcopado universal.

E você não pode invocar a distinção entre dogmático e pastoral para aceitar alguns textos deste concílio e rejeitar outros. Certamente, tudo o que é afirmado em um concílio não requer um assentimento da mesma natureza: apenas o que é afirmado como objeto de fé ou verdade anexa à fé, por meio de atos "definitivos", exige um assentimento de fé. Mas o restante também faz parte do magistério solene da Igreja, ao qual todo fiel deve dar uma acolhida confiante e uma aplicação sincera.

Resta que, em consciência, você diz que ainda não vê como conciliar alguns textos do concílio [...] com a sã tradição da Igreja [...]. Mas como uma dificuldade pessoal interior [...] permitiria que você se erigisse publicamente como juiz daquilo que foi adotado legitimamente e praticamente por unanimidade, e conscientemente levasse uma parte dos fiéis ao seu repúdio? Se as justificações são úteis para facilitar intelectualmente a adesão [...], elas não são por si mesmas necessárias para o assentimento de obediência que é devido ao concílio ecumênico e às decisões do papa. É o sentido eclesial que está em questão [...].

Nós dizemos a você, irmão, que você está em erro. E com todo o ardor de nosso amor fraternal, COM TODO O PESO DE NOSSA AUTORIDADE COMO SUCESSOR DE PEDRO, convidamos você a se retratar, a se corrigir e a parar de infligir feridas à Igreja de Cristo.

[Exigimos de você uma retratação pública de seu repúdio ao Vaticano II]. Esta declaração deve afirmar que você adere francamente ao concílio ecumênico Vaticano II e a todos os seus textos - *sensu obvio* -, que foram adotados pelos Padres do concílio, aprovados e promulgados por nossa autoridade. Pois tal adesão sempre foi a norma na Igreja desde os primórdios, no que diz respeito aos concílios ecumênicos" (Montini: *Carta* a Monsenhor Lefebvre, 11 de outubro de 1976).

Certos pensam que Montini *perdeu* o pontificado ao assinar *Dignitatis humanae.* Nós, ao contrário, pensamos que ele *nunca o possuía desde o início*, pois, se tivesse sido legitimamente eleito papa, o carisma da infalibilidade o teria preservado de cair em heresia. Se ele nunca foi papa desde o início, isso significa que sua eleição deve ter sido inválida. As razões da invalidade de sua eleição serão apresentadas no capítulo 10.

Mas antes disso, no capítulo 9, faremos um estudo "bis" sobre seu sucessor Wojtyla.

> **Resumo: O Vaticano II, sendo princípio infalível, errou porque lhe faltava um elemento constitutivo essencial: um papa.**

Veneráveis sereias! Nosso convidado de honra no Concílio Vaticano II irá explicar como a liberdade religiosa "tem suas raízes na Revelação divina".

9. WOJTYLA É CATÓLICO?

A. Uma doutrina heterogênea
B. Wojtyla aprovou ex cathedra as heresias?
C. "Eu creio em Deus Pai todo-poderoso" [ERROS SOBRE O PODER POLÍTICO]
D. Eu creio em Deus, "criador de todas as coisas" [EVOLUCIONISMO]
E. Eu creio "em um só Senhor, Jesus Cristo" [O CRISTO-REI DESTRUÍDO PELO HOMEM-REI]
F. Eu creio no "Filho único de Deus" [JESUS NÃO É O MESSIAS]
G. Eu creio que o Filho é "consubstancial ao Pai" ["DA MESMA NATUREZA" SEGUNDO ÁRIO E A IGREJA CONCILIAR]
H. Eu creio que "Ele nasceu da Virgem Maria" [ATAQUE CONTRA O DOGMA DA IMACULADA CONCEIÇÃO]
I. Eu creio que "Ele desceu aos infernos" [HERESIAS DE ABELARDO E DE CALVINO]
J. Eu creio que "Ele subiu aos céus" [FICÇÃO METAFÓRICA]
K. "Eu creio que "Ele virá julgar os vivos e os mortos" [HERESIA DE ZANINO DE SOLCIA AMPLIADA POR WOJTYLA]
L. "Eu creio no Espírito Santo" [TRÊS PECADOS WOJTYLIANOS CONTRA O ESPÍRITO SANTO]
M. Eu creio "na Igreja, una, santa, católica e apostólica" ["A RELIGIÃO À LA CARTE"]

A. Uma doutrina heterogênea

A doutrina de Wojtyla é *heterogênea:* por um lado, ele enuncia heresias dogmáticas; por outro, ele defende a moral. Por quê?

Wojtyla deseja unir as religiões monoteístas. É um retorno aos Dez Mandamentos de Moisés. Uma tentativa de judaizar a Igreja, simplesmente. Wojtyla dissolve os *dogmas* do cristianismo, mas mantém a *moral:* judeus, cristãos e muçulmanos, todos nós temos o mesmo único Deus; todos somos filhos de Abraão; todos defendemos a ordem moral. E assim está feito! Os conservadores, tranquilizados pelos discursos moralizadores de Wojtyla, se alegram e esquecem de abrir uma investigação canônica por crime de heresia contra ele! Segundo eles, Wojtyla também diz coisas boas. Por isso, concedem a ele o que chamam de "fé residual". *Sic!* Isso significa que a alma de Wojtyla é em grande parte herética, mas que ainda resta um pequeno resíduo de fé católica. A alma de Wojtyla está em grande parte obscurecida pela heresia, mas ainda há um pequeno canto de alma católica, "senão ele não seria papa". *Sic!* Os defensores dessa teoria extraordinária insinuam, de certa forma, que um ser humano pode ter duas almas, uma má e uma boa, o que é uma heresia anatematizada pelo VIII Concílio Ecumênico, cânon 11. A expressão "fé residual" ou a teoria do canto católico dentro da alma herética evita afirmar claramente que Wojtyla não tem fé, portanto não é católico de forma alguma, portanto fora da Igreja Católica, portanto...? Sim! Se ele não é católico, qual é a consequência disso? Um não-católico pode ser o líder da Igreja Católica? Eis a questão crucial que se contorna ao inventar o termo "fé residual"!

Ato de fé "Meu Deus, creio firmemente em tudo o que a Santa Igreja Católica, Apostólica e Romana me ordena crer...". A fé consiste em crer em tudo. Aquele que nega mesmo uma única verdade do catolicismo não tem fé alguma. Ele não teria nem mesmo uma "fé residual". "Tal é a natureza da fé que nada é mais impossível do que crer em uma coisa e rejeitar outra. [...] Aquele que, mesmo em um único ponto, recusa seu assentimento às verdades divinamente reveladas, realmente abdica completamente da fé, pois recusa se submeter a Deus como Ele é a suprema verdade e o próprio motivo da fé" (Leão XIII: encíclica *Satis cognitum*, 29 de junho de 1896).

Wojtyla enuncia heresias. O fato de ele também enunciar verdades sobre a moral não o desculpa de forma alguma. Pelo contrário, isso apenas *agrava* seu caso. O *jogo duplo* é característico dos piores inimigos da fé: os modernistas! "Ao ouvi-los, ao lê-los, poderíamos ser tentados a acreditar que estão em contradição consigo mesmos, que são oscilantes e incertos. Longe disso: tudo é medido, tudo é intencional neles [...]. Uma página de seu trabalho poderia ser assinada por um católico; vire a página, você pensa estar lendo um racionalista" (São Pio X: encíclica *Pascendi*, 8 de setembro de 1907).

Se Wojtyla dissesse *exclusivamente* coisas ruins, não seria aceito pelos "conservadores". Para ser aceito, ele precisa então "fingir" *(dixit* São Pio X: *Pascendi),* dizendo também coisas boas, o que adormece a vigilância dos conservadores. Para atrair os conservadores, ele *enrola* seu veneno em uma camada grossa de chocolate fino e oferece a eles um praliné muito tentador... fazendo-os confundir alhos com bugalhos.

A mesma tática já foi usada por Montini durante o conciliábulo. Quando os bispos conservadores protestavam contra uma passagem herética, Montini fazia *adicionar* uma passagem ortodoxa que dizia exatamente o oposto. Tranquilizados, os conservadores votaram em *Dignitatis humanae.* O chocolate fez com que engolissem o veneno. E uma vez que a declaração foi votada, o sucessor de Montini, Karol Wojtyla, deixando de lado as "boas passagens", destacaria as "más passagens", citando repetidamente e principalmente o detestável parágrafo 2, que defende a liberdade religiosa!

B. Wojtyla aprovou ex cathedra heresias?

Certos pensadores, obrigados a admitir a evidência de que Wojtyla professa heresias, ainda assim tentam salvá-lo, alegando que ele seria papa apesar de suas heresias. Eis o raciocínio deles: ele teria "apenas" (apenas! Como se fosse uma trivialidade...) desviado como um simples particular, mas não como um doutor ensinando *ex cathedra.*

Esse raciocínio é baseado em uma análise incorreta da situação. Pois Wojtyla utilizou (pelo menos uma vez) sua autoridade como doutor *ex cathedra* para impor heresias. Ele aprovou *ex cathedra* o *Catecismo da Igreja Católica,* que contém heresias em vários pontos. Este catecismo contém várias heresias: evolucionismo, abandono do *Filioque,* direito à insurreição, liberdade religiosa, deicídio. Tomemos, por exemplo, a apresentação do deicídio pelo *Catecismo da Igreja Católica,* para demonstrar a HERESIA FORMAL de quem o redigiu e de quem o aprovou.

Vamos primeiro resumir a doutrina cristã sobre o deicídio. Quem é responsável pela morte de Jesus? Ouçamos o ensinamento da Igreja Católica. "Eles afiaram as suas línguas como uma espada" [Salmo 63]. Que os judeus não digam: "Nós não matamos Cristo". É verdade que eles o entregaram ao juiz Pilatos, para parecerem, de alguma forma, inocentes de sua morte. Pois Pilatos, tendo-lhes dito: "Fazei-o morrer vós mesmos", eles responderam: "Não nos é permitido matar ninguém". Eles queriam rejeitar a injustiça de seu ato sobre a pessoa do juiz; mas poderiam eles enganar a Deus, que também é juiz? Pilatos foi participante de seu crime na medida do que ele fez; mas se comparado a eles, ele é encontrado muito menos culpado. Pois ele insistiu tanto quanto pôde para livrá-lo de suas mãos; e foi por isso que ele o mostrou a eles após a flagelação. Ele fez Jesus ser flagelado não com a intenção de perdê-lo, mas porque queria apaziguar a fúria deles, esperando que, ao ver o estado em que ele estava depois da flagelação, eles se suavizassem e desistissem de querer matá-lo. Então, isso é o que ele fez. Mas quando os judeus persistiram em sua perseguição, vocês sabem que ele lavou as mãos e declarou que não era o autor dessa morte, e que ele permanecia inocente. Mesmo assim, ele o fez morrer, mas se ele é culpado por tê-lo condenado, mesmo que relutantemente, eles são inocentes, aqueles que o obrigaram a obter essa condenação? De modo algum. Pilatos pronunciou a sentença contra Jesus, ordenou que fosse crucificado, e o imolou como se fosse ele mesmo; mas foram vocês, ó judeus, que realmente o mataram. Como vocês o mataram? Com a espada de suas línguas, pois afiaram suas línguas. E quando o feriram, senão quando gritaram: "Crucifica-o, crucifica-o"? (Matinas da Sexta-feira Santa, sexta lição, retirada do *Tratado sobre os Salmos (Salmo 63)* de Santo Agostinho).

Esta lição de Santo Agostinho, aprovada pela Santa Igreja, está em conformidade com a Revelação. Aqui estão alguns trechos das Sagradas Escrituras que confirmam isso.

Pilatos perguntou aos judeus: "Então, que farei de Jesus, que é chamado Cristo?". Todos eles responderam: "Crucifica-o!". O governador replicou: "Mas que mal ele fez?". E eles começaram a gritar ainda mais alto: "Crucifica-o!". Pilatos, vendo que não conseguia nada, mas que, se continuasse a tentar salvar Jesus, o tumulto aumentaria ainda mais, trouxe água, lavou as mãos diante de todo o povo, e disse: "Estou inocente do sangue deste justo; vede isso por vós mesmos". E TODO O POVO respondeu: "Que o seu sangue caia sobre nós e sobre nossos filhos" (Mateus 27:22-25).

Que os judeus tenham pedido a crucificação de Jesus não é apenas evidente no trecho de São Mateus citado acima, mas também nos relatos de São Marcos (15:11-14), São Lucas (23:18-23) e São João (19:6-15). No Evangelho segundo São João, encontramos não apenas os mesmos gritos ("Crucifica-o!"), mas também um diálogo muito instrutivo entre Jesus e Pilatos. Falando a Pilatos, Nosso Senhor ele próprio (!) define claramente o grau de responsabilidade dos judeus e de Pilatos: "Aquele que me entregou a ti cometeu pecado maior do que o teu, que me condenas por fraqueza" (João 19:11).

O primeiro papa, São Pedro, dirigiu-se assim ao povo judeu: "Homens de Israel [...] Jesus de Nazaré, varão aprovado por Deus entre vós com milagres, prodígios e sinais, que Deus por ele fez no meio de vós, como vós mesmos bem sabeis; a este, que vos foi entregue pelo determinado conselho e presciência de Deus, prendestes, crucificastes e matastes pelas mãos de injustos [...]. Deus o ressuscitou, soltando-o dos grilhões da morte" (Atos dos Apóstolos 2:22-23, 36).

Ao pregar em Antioquia da Pisídia, o apóstolo São Paulo exclamou na sinagoga: "Os moradores de Jerusalém e os seus príncipes [...] não tendo achado nenhuma causa de morte, pediram a Pilatos que ele fosse morto" (Atos dos Apóstolos 13:27-28). O mesmo apóstolo escreveu aos fiéis de Tessalônica: "Porque vós, irmãos, haveis sido feitos imitadores das igrejas de Deus que na Judéia estão em Jesus Cristo; porquanto também padecestes de vossos próprios concidadãos o mesmo que os judeus lhes fizeram a eles, os quais mataram também o Senhor Jesus e os seus próprios profetas, e nos têm perseguido, e não agradam a Deus, e são contrários a todos os homens; impedindo-nos de anunciar aos gentios a salvação, para encherem sempre a medida dos seus pecados; mas a ira de Deus caiu sobre eles até ao fim" (1 Tessalonicenses 2:14-16).

Agora, mostremos a contradição entre a doutrina cristã e o ensinamento da Igreja conciliar. Os conciliares negam que os judeus sejam responsáveis pelo deicídio (Nostra aetate, § 4). A lição litúrgica da Sexta-Feira Santa, que afirma expressamente que os judeus são os instigadores da crucificação de Jesus, foi suprimida. O Catecismo da Igreja Católica (nº 597) nega explicitamente que os judeus sejam responsáveis pelo deicídio: "Não se pode atribuir a responsabilidade global aos judeus de Jerusalém".

Vamos agora provar que os autores deste catecismo são hereges. Estes autores são hereges porque contestam a Sagrada Escritura. São hereges porque eles próprios indicam várias referências bíblicas, mas ensinam exatamente o oposto do que é claramente afirmado nesses textos bíblicos!

"Considerando a complexidade histórica do processo de Jesus manifestada nos relatos evangélicos, e seja qual for o pecado pessoal dos atores do processo (Judas, o Sinédrio, Pilatos), que só Deus

conhece, não se pode atribuir a responsabilidade ao conjunto dos judeus de Jerusalém, apesar dos gritos de uma multidão manipulada e das críticas globais contidas nos apelos à conversão após o Pentecostes" (Catecismo da Igreja Católica, nº 597).

Esta frase do catecismo inclui, em nota de rodapé, 9 referências escriturísticas (Marcos 15:11; Atos dos Apóstolos 2:23, 36; 3:13-14; 5:30; 7:52; 10:39; 13:27-28; 1 Tessalonicenses 2:14-15). Os autores, apesar de se referirem a esses textos, contradizem-nos formalmente, negando a responsabilidade dos judeus "apesar" dos gritos da multidão judaica e "apesar" das críticas globais que os apóstolos dirigiram ao povo deicida após o Pentecostes. Os autores do catecismo reconhecem que sua teoria contradiz a Sagrada Escritura, já que eles próprios usam a palavra "apesar". O termo "apesar" e as 9 referências bíblicas provam que eles sabem que sua tese é contrária à Revelação. SUA HERESIA FORMAL é assim evidente. Pois se uma verdade é revelada, "manter uma opinião falsa sobre esses assuntos é, *por si só*, incorrer em heresia, especialmente se for feito com obstinação" (São Tomás de Aquino: Summa Theologiae, I, q. 32, a. 4). A obstinação dos autores do Catecismo da Igreja Católica é particularmente grave, pois eles se opõem ao discurso de São Pedro *no dia de Pentecostes*, e portanto, ao próprio Espírito Santo! O Espírito Santo disse pela boca de São Pedro: "Homens de Israel [...] vós o crucificastes".

Além disso, a Igreja definiu que os judeus são deicidas (matinas da Sexta-feira Santa, sexta lição). Os redatores do Catecismo da Igreja Católica (C.E.C.), de certa idade, celebraram por décadas na liturgia antiga; portanto, eles conhecem a sexta lição da Sexta-feira Santa, mas a contradizem obstinadamente. "Uma vez que a Igreja definiu que esta posição leva a uma consequência contrária à fé, o erro nesta matéria não está mais isento de heresia. [...] Aquele que, nesta questão, mantiver uma opinião falsa, percebendo que ela leva a uma consequência contrária à fé, cairá no pecado da heresia" (São Tomás de Aquino: Summa Theologiae, I, q. 32, a. 4).

Os redatores do C.E.C., assim como Wojtyla que o aprovou, são, portanto, hereges. Vamos agora provar que Wojtyla aprovou este catecismo pseudo-católico não apenas como "simples particular", mas como "doutor falando ex cathedra".

Wojtyla (constituição apostólica Fidei depositum, 11 de outubro de 1992) impôs ex cathedra à Igreja universal o Catecismo da Igreja Católica. "O Catecismo da Igreja Católica, que eu aprovo no último dia 25 de junho e hoje ordeno a publicação em virtude da autoridade apostólica, é uma exposição da fé da Igreja e da doutrina católica, confirmada ou iluminada pelas Sagradas Escrituras, pela Tradição apostólica e pelo magistério eclesiástico. Eu o reconheço como [...] uma norma segura para o ensino da fé. [...] A aprovação e a publicação do C.E.C. constituem um serviço que o sucessor de Pedro quer prestar à Santa Igreja Católica [...]: o de sustentar e confirmar a fé de todos os discípulos do Senhor Jesus (cf. Lucas 22). [...] Portanto, peço aos pastores da Igreja e aos fiéis que recebam este catecismo [...], que lhes é dado para servir como um texto de referência seguro e autêntico para o ensino da doutrina católica". Os termos utilizados implicam a infalibilidade: como "sucessor de Pedro", em virtude de sua "autoridade apostólica", Wojtyla "pede" a "todos" os fiéis que recebam este catecismo como uma "norma segura" da fé católica.

Wojtyla aprovou ex cathedra um catecismo herético. Portanto, como poderia ele ser o Vigário de Cristo?

Wojtyla nega vários artigos do Credo. Abaixo estão alguns exemplos de textos heréticos. Esta é uma lista não exaustiva de erros na fé cometidos por Wojtyla. Eles serão apresentados metodicamente, seguindo a ordem adotada pelo Credo de Niceia-Constantinopla.

---

[1] A diferença entre "herege formal" e "herege material" é explicada no Apêndice C.

C. "Eu creio em Deus, Pai Todo-Poderoso" [ERROS SOBRE O PODER POLÍTICO]

É bem conhecido que "toda autoridade vem de Deus" (São Paulo) e que, por reconhecimento e dever, os líderes governamentais devem exercer sua autoridade de acordo com a vontade de Deus, fazendo cumprir a moral cristã e proibindo as falsas religiões.

Wojtyla ensina três erros sobre o poder político:

1. Ele deturpa a noção de "bem comum";
2. Ele contesta São Paulo sobre a obediência devida ao governo;
3. Ele promove a liberdade religiosa, que é uma heresia.

1. O QUE É O "BEM COMUM"? O "bem comum" significa que a sociedade está orientada para promover o bem-estar material, é claro. Mas o "bem comum" requer, em primeiro lugar e acima de tudo, que as condições sejam ótimas para ajudar os cidadãos a alcançar sua salvação eterna. "O governo deve, de fato, esforçar-se para promover a salvação daqueles a quem ele governa" (Santo Tomás de Aquino: *De regimine principum ad regem Cypri*, cap. 2). Em outras palavras, o Estado deve ser cristão.

O objetivo do poder político é o seguinte: o governo deve permitir que os cidadãos vivam de acordo com as leis de Deus. "A absurdez da opinião de que é necessário separar as coisas do Estado e as da Igreja se entende sem dificuldade. A própria natureza clama por isso, é necessário que a sociedade dê aos cidadãos os meios e facilidades para passar suas vidas com honestidade, isto é, de acordo com as leis de Deus" (Leão XIII: encíclica *Libertas*, 20 de junho de 1888). Hino a Cristo Rei: "Que os chefes das nações o honrem com um culto público, que os magistrados e juízes o venerem, que as leis e as artes expressem sua realeza" (Hino das segundas vésperas da festa de Cristo Rei).

Este hino foi suprimido sob Montini. A separação entre a Igreja e o Estado ocorreu por iniciativa de Montini (Colômbia 1973, Portugal 1975, Espanha 1976) e de Wojtyla (Peru 1980, Itália 1984). É importante notar a diferença em relação às separações anteriores: por exemplo, na França, quando o governo maçônico da Terceira República impôs unilateralmente a separação entre a Igreja e o Estado, o Papa São Pio X protestou solenemente e a declarou nula perpetuamente. No entanto, as separações das décadas de 1970 e 1980 ocorreram por iniciativa da hierarquia vaticana, que teve que superar as resistências dos governos! Em uma conferência realizada em Barcelona em 29 de dezembro de 1975, Monsenhor Lefebvre revelou que havia aprendido, do

próprio secretário da Conferência Episcopal Colombiana, que o Vaticano havia pressionado a presidência da república durante dois anos para obter a separação entre Igreja e Estado na Colômbia!

A noção de "bem comum" foi redefinida pela seita conciliar: "Em nome do bem comum, as autoridades públicas são obrigadas a respeitar os direitos fundamentais e inalienáveis da pessoa humana. [...] O bem comum reside no exercício das liberdades naturais [...] incluindo o direito à liberdade justa, inclusive em assuntos religiosos" (*Catecismo da Igreja Católica*, nº 1907). Este catecismo enumera ainda como componentes do bem comum: alimentação, vestuário, saúde, trabalho, paz - mas não faz NENHUMA menção às leis cristãs, cuja observância conduz à felicidade eterna!

Se o Estado coloca todas as religiões em pé de igualdade, é "a apostasia legal" da sociedade! Este é o veredicto do Papa Leão XIII, que ensina: um Estado que adota a liberdade religiosa adota "uma posição condenada não apenas pela fé, mas pela razão e pelo sentimento comum dos antigos pagãos eles mesmos": é "a APOSTASIA legal" da sociedade (Leão XIII: carta *Egiunto*, 19 de julho de 1889).

---

2. A OBEDIÊNCIA DEVIDA AO GOVERNO: A revolta contra o poder é permitida? Não, absolutamente. É proibido rebelar-se contra os chefes, pois todo poder vem de Deus, e não do povo. "Temei a Deus, honrai o rei!" (1 Pedro 2, 17). "Todo homem esteja sujeito às autoridades superiores; porque não há autoridade que não venha de Deus; e as autoridades que existem foram instituídas por Deus. Portanto, aquele que se opõe à autoridade resiste à ordenança de Deus; e os que resistem trarão sobre si mesmos condenação" (Romanos 13, 1-2).

Um cristão pode "resistir à opressão" de um governo verdadeiramente tirânico? "Se, no entanto, os príncipes ultrapassarem temerariamente no exercício de seu poder, a doutrina católica não permite se insurgir contra eles por si mesmos, para que a tranquilidade da ordem não seja cada vez mais perturbada e a sociedade não sofra maior dano. E quando o excesso chega ao ponto em que não parece haver mais esperança de salvação, a paciência cristã ensina a procurar o remédio no mérito e nas orações fervorosas a Deus" (Leão XIII: encíclica *Quod apostolici*, 28 de dezembro de 1878).

As palavras do grande Papa Leão XIII se confirmaram pelos eventos. Pois a oração é um meio mais eficaz do que a revolta: as revoltas húngara, tcheca, polonesa e da Alemanha Oriental foram esmagadas pelos tanques soviéticos, enquanto os austríacos, através da recitação do terço, conseguiram fazer as tropas soviéticas de ocupação se retirarem. Da mesma forma, no Brasil, um ditador comunista fugiu após a população recitar o terço.

Primeira heresia de Wojtyla: o poder não vem de Deus, mas do povo (muitos discursos de Wojtyla em favor da democracia moderna surgida em 1789).

Segunda heresia de Wojtyla: a revolta armada contra o governo é autorizada. "A resistência à opressão do poder político não recorrerá legitimamente às armas, exceto se estiverem reunidas as seguintes condições: 1. em caso de violações certas, graves e prolongadas dos direitos fundamentais; 2. depois de terem sido esgotados todos os outros recursos; 3. sem provocar

desordens piores; 4. houver uma esperança fundamentada de sucesso; 5. se for impossível prever razoavelmente soluções melhores" (Catecismo da Igreja Católica, nº 2243). Nota bene: Wojtyla autoriza a revolta não quando a religião cristã é atacada, mas quando os princípios ímpios de 1789 não são aplicados!

---

3. A LIBERDADE RELIGIOSA, MARCO PARA O ESTABELECIMENTO DA RELIGIÃO UNIVERSAL: A liberdade religiosa corresponde ao *solve* (= dissolver, destruir o antigo) dos maçons. A construção de uma federação universal de todas as religiões corresponde ao *coagula* (= coagular, construir sobre novas bases) maçônico. Montini iniciou a primeira fase; Wojtyla inaugura a segunda: *solve et coagula!*

Wojtyla incessantemente propaga a liberdade religiosa *usque ad nauseam*. E ele vai ainda mais longe, pois considera que as preces dos adeptos de outras religiões, dirigidas aos seus ídolos ou manitus, são mais eficazes do que uma *Ave Maria*. Durante o encontro de Assis (26 de outubro de 1986), de fato, nenhuma *Ave Maria* foi recitada. Em contrapartida, uma estátua de Buda foi colocada sobre o altar católico e incensada!

Durante a abertura da porta selada na cerimônia de inauguração da suposta "ano santo" (pseudo-jubileu do ano 2000), uma cerimônia surpreendente foi vista. Wojtyla estava vestido com um manto de todas as cores, predominando o azul, uma cor não litúrgica. Cantores protestantes, judeus e muçulmanos entoavam seus cânticos, enquanto mulheres asiáticas não cristãs adornavam a porta sagrada com flores e a esfregavam com aromas (quem sabe a qual rito pagão isso correspondia!). Incensos foram queimados enquanto um instrumento de cordas japonês tocava uma melodia oriental.

Em outubro de 1988, em Estrasburgo, Wojtyla disse, conversando com jovens: "Agora que estou prestes a me tornar o representante da religião universal..." Esta religião universal não terá dogmas, como profetizou Victor Hugo: "O século XX será o da extinção dos dogmas". O único dogma que restará será o culto ao homem. O dogma do Homem-Deus (= NSJC) será agora aplicado a cada homem, que se tornará assim, ele próprio e acima de tudo, "homem-deus". Cada religião, "unida na diversidade" com as outras religiões, contribuirá com sua liturgia e cerimônias peculiares para um toque folclórico na religião universal. O futuro não é difícil de prever: será a federação de todas as religiões do globo, sob a orientação benevolente do Anticristo.

D. Eu creio em Deus, "Criador de todas as coisas" [EVOLUCIONISMO]

Deus criou os animais "segundo a sua espécie" (Gênesis 1,24). Portanto, a evolução das espécies é contrária à Revelação (além disso, é cientificamente falsa).

Deus criou não um meio macaco, nem um pitecantropo, mas um homo sapiens: "Homem e mulher Ele os criou" (Gênesis 1,27). A teoria de que o homem descende do macaco é insustentável: até hoje, nenhum arqueólogo encontrou o famoso "elo perdido" entre o macaco e o homem. O Dr. Dubois, em seu leito de morte, confessou que o pitecantropo (que ele supostamente descobriu em 1891) era na verdade um falso criado a partir do crânio de um macaco, para criar a ilusão de um elo perdido. O "homem de Piltdown" é obra de um falsificador, como reconhecido pelo Museu Britânico. O "homem de Pequim" é uma impostura do pseudo-arqueólogo e pseudo-teólogo Teilhard de Chardin (mentor de Montini). Haeckel, para justificar sua teoria da "recapitulação" (o embrião humano passaria por todos os estágios animais conforme cresce no ventre materno), fez desenhos fantasiosos. O pseudo-paleontólogo indiano Gupta foi pego em flagrante: os fósseis que supostamente descobriu na Índia na verdade comprou na Europa! Quando os pseudo-geólogos datam minerais, automaticamente eliminam resultados que não se encaixam em sua teoria preconcebida; as datas que aproximadamente coincidem com o evolucionismo são anotadas em seus relatórios; aquelas que se encaixam são destacadas no corpo do texto. E assim por diante. Qual é o objetivo deles? "Liberar a ciência de Moisés" (free science from Moses), como declarado abertamente por um evolucionista, ou seja, minar a credibilidade do Gênesis, escrito por Moisés sob a inspiração de Deus. A Bíblia, no entanto, não contém erros históricos ou científicos, conforme declarado pelo Papa Leão XIII (encíclica Providentissimus Deus, 18 de novembro de 1893).

O evolucionismo não é apenas uma heresia, mas também uma ineptidão e até mesmo uma fraude do ponto de vista científico. No entanto, é exaltado no Catecismo da Igreja Católica, no número 283: "A questão das origens do mundo e do homem tem sido objeto de numerosas pesquisas científicas que enriqueceram grandemente nosso conhecimento sobre a idade e as dimensões do cosmos, o desenvolvimento das formas vivas, o surgimento do homem. Essas descobertas nos convidam a admirar ainda mais a grandeza do Criador, a Lhe render graças por todas as suas obras e pela inteligência e sabedoria que Ele concede aos cientistas e pesquisadores. Com Salomão, estes podem dizer: 'Foi Ele quem me deu o conhecimento verdadeiro [...]' (Sabedoria 7, 17-21)".

Vamos reconsiderar as (supostas) contribuições desses mesmos cientistas, enaltecidas pelos redatores do Catecismo:

- "a idade do cosmos": 6.000 anos segundo a cronologia bíblica, doutrina arruinada pelas especulações dos cientistas que falam de bilhões de anos sem qualquer prova;
- "as dimensões do cosmos": Deus criou o mundo do nada e o ordenou em seis dias, doutrina arruinada pela teoria do Big Bang;
- "o desenvolvimento das formas vivas": segundo a Bíblia, Deus criou os animais cada um segundo sua espécie, doutrina arruinada pelo evolucionismo darwinista;
- "o surgimento do homem": Adão e Eva foram criados por Deus, doutrina arruinada pela invenção da fábula do macaco, nosso ancestral.

E todos esses agnósticos ou ateus fraudulentos recebem o selo da suprema qualidade: Deus lhes teria "dado o conhecimento verdadeiro"! É o cúmulo!

Na manhã do lançamento deste famoso catecismo anti-católico (1992), um de seus redatores, Honoré (pseudo-arcebispo de Tours), fez uma declaração no rádio "France Inter". Uma jornalista lhe fez a seguinte pergunta: "Se entendi corretamente, a Igreja adotou a teoria da evolução?". E Honoré exclamou: "Mas é claro!"

Quatro anos após o lançamento do Catecismo da Igreja Católica, Wojtyla fez a apologia do evolucionismo. A teoria da evolução, disse ele, é "mais do que uma hipótese". A "convergência" dos trabalhos científicos "constitui por si só um argumento significativo a favor desta teoria" (mensagem à Academia Pontifícia de Ciências, 22 de outubro de 1996). Essa mudança de posição da Igreja, esse abandono do criacionismo, causou grande alvoroço na imprensa da época. Uma vitória total para os ateus! Um golpe de mestre ainda mais pernicioso porque, precisamente nesse momento, cientistas criacionistas haviam começado a minar seriamente o edifício oficial dos evolucionistas. Não havia de fato uma "convergência" das teorias evolucionistas, mas sim uma "convergência" das evidências criacionistas. Que sorte Wojtyla ter vindo em socorro dos evolucionistas, cujas especulações haviam se tornado indefensáveis do ponto de vista estritamente científico!

E. Eu creio "em um só Senhor, Jesus Cristo" [O CRISTO-REI DESTRONADO PELO HOMEM-REI]

Jesus disse a Pilatos: "Eu sou rei". O Papa São Gregório Magno ensina: "Os magos reconhecem em Jesus a tripla qualidade de Deus, homem e rei. Eles oferecem ao rei o ouro, ao Deus o incenso, ao homem a mirra. Porém, há alguns hereges que creem que Jesus é Deus, creem também que Jesus é homem, mas absolutamente se recusam a crer que seu reinado se estenda por toda parte".

"*Sunt vero nonnulli haeretici*" - Wojtyla certamente faz parte desses "poucos hereges" denunciados por São Gregório. Pois ele destronou o Cristo-Rei em favor do homem-rei. Cristo não seria rei: "Não é a soberania sobre o homem, é a soberania para o homem" (Wojtyla: mensagem de Natal de 1980). Em sua homilia do Domingo de Ramos do mesmo ano, ele já havia proferido este blasfêmia: "Jesus de Nazaré aceita nossa liturgia como aceitou espontaneamente o comportamento da multidão de Jerusalém, porque ele quer que desta maneira se manifeste a verdade messiânica sobre o reino, que não significa domínio sobre os povos, mas que revela a realeza do homem".

"Diz-se, e é a pedra angular maçônica, que o grande segredo de alguma forma é a eminente realeza do homem. É a afirmação da primazia do homem diante da Revelação [...]. O homem, diz a maçonaria, é um Deus possível. Organizemo-lo socialmente, internacionalmente, universalmente, e ele poderá brincar com o Deus da lenda e do pesadelo que o persegue. É a libertação do homem em relação ao divino. [...]. Pretender possuir a verdade, formulá-la em dogmas imperativos, impondo-a à fé, corresponde a um regime que já passou da hora" (in: Léon de Poncins: *A Maçonaria Segundo Seus Documentos Secretos*, quarta edição, Chiré-en-Montreuil, 1972, p. 14).

Pilatos disse, mostrando Jesus à multidão: "Eis o homem". Wojtyla aplica isso de forma blasfema a qualquer homem na rua: "Quero dizer em voz alta aqui, em Paris, na sede da UNESCO, com respeito e admiração: 'Eis o homem'. A educação consiste em fazer o homem tornar-se cada vez mais homem" (*Documentation catholique*, 15 de junho de 1980).

Que o homem se torne cada vez mais *cristão* e *virtuoso* é o objetivo da educação católica. Que ele se torne cada vez mais *homem* é um objetivo digno dos maçons anticlericais!

F. Eu creio no "Filho único de Deus" [JESUS NÃO É O MESSIAS]

Em 24 de junho de 1985, a Comissão Pontifícia para as Relações com o Judaísmo publicou Notas para uma apresentação correta dos judeus e do judaísmo na pregação e na catequese da Igreja Católica (in: Documentação Católica de 21 de julho de 1985, p. 733 - 738). Ela observou que "o povo de Deus" (judeus + cristãos!) estava dividido sobre o messias: para alguns, era necessário aguardar o "retorno" do messias que já veio uma vez (ponto de vista cristão); para outros, era necessário aguardar a "vinda" do messias que ainda não veio de forma alguma (ponto de vista judaico). Entre essas duas opções, a comissão escolheu a dos judeus! Portanto, a comissão considera que Jesus não é o messias. Isso parece incrível, mas está escrito em todas as letras. "O povo de Deus da Antiga e da Nova Aliança tende para objetivos análogos: a vinda ou o retorno do Messias - mesmo que seja a partir de dois pontos de vista diferentes. [...]. Judeus e cristãos [... devem] preparar o mundo para a vinda do messias trabalhando juntos". E essas Notas... foram calorosamente aprovadas por Wojtyla em 28 de outubro de 1985!

G. Eu creio que o Filho é "consubstancial ao Pai" ["DA MESMA NATUREZA" SEGUNDO ÁRIO E A IGREJA CONCILIAR]

Segundo o credo do Concílio de Niceia (325), o Filho é "consubstancial" (da mesma substância) que o Pai. Os arianos negaram esse dogma e tentaram substituí-lo por "da mesma natureza" que o Pai. Em 359, o Papa São Libério excomungou todos aqueles que recusaram o termo "consubstancial": "Os termos 'hipóstase' e 'consubstancial' são como uma fortaleza inexpugnável, que sempre desafiará os esforços dos arianos" (in: Constant, t. J, p. 401 - 403).

Acreditava-se que o arianismo estava morto e enterrado. Mas não! Ário está de volta! Os missais em língua francesa da nova missa "traduzem" o termo "consubstancialem" por... "da mesma natureza"! E há muitas outras "traduções" questionáveis. "É importante também notar que os erros de tradução do latim da nova missa são *os mesmos em todas as línguas vernáculas,* exceto o polonês. [...]. Não há dúvida de que os erros de tradução tiveram a clara aprovação de Paulo VI. O arcebispo Hannibal Bugnini nos informa em suas memórias que Paulo VI reservou para si a aprovação das traduções" (Rama P. Coomaraswamy: *Os problemas da nova missa,* Lausanne 1995, p. 115). As reclamações feitas contra esses erros de tradução sempre foram deliberadamente ignoradas por Montini e Wojtyla.

H. Eu creio que "Ele se encarnou da Virgem Maria" [ATAQUE CONTRA O DOGMA DA IMACULADA CONCEIÇÃO]

Segundo a doutrina católica, é a bem-aventurada Virgem Maria quem esmaga a cabeça da serpente. "Ela te comanda, a altíssima Mãe de Deus, a Virgem Maria, que, desde o primeiro instante de sua Imaculada Concepção, esmagou, pela sua humildade, a tua cabeça cheia de orgulho" (Leão XIII: _Exorcismo contra Satanás e os anjos apóstatas).

Wojtyla ensina uma heresia: "Já tivemos a oportunidade de lembrar anteriormente que esta versão 'Ela te esmagará a cabeça' não corresponde ao texto hebraico, no qual não é a mulher, mas sim sua descendência, seu descendente, que deve esmagar a cabeça da serpente. Este texto atribui, portanto, não a Maria, mas a seu Filho, a vitória sobre Satanás" (Wojtyla, in: *Osservatore Romano,* 30 de maio de 1996).

O Concílio de Trento decretou que a tradução latina feita por São Jerônimo (chamada "Vulgata") é a versão "autêntica", oficial da Bíblia. De acordo com a Vulgata e também segundo os exegetas católicos, é realmente a mulher que esmaga a cabeça da serpente. Assim entendeu a Tradição católica, e assim foi DEFINIDO EX CATHEDRA pelo Papa Pio IX, ao proclamar O DOGMA DA IMACULADA CONCEIÇÃO!!! "Deus predisse e anunciou que colocaria inimizade entre ti e a mulher", e, sem dúvida alguma, ela esmagou a cabeça venenosa dessa mesma serpente; e por esta razão, eles [os Padres da Igreja] afirmaram que a mesma Virgem bem-aventurada foi, pela graça, isenta de toda mancha de pecado [...] A Virgem bem-aventurada, toda bela e toda imaculada, esmagou a cabeça da cruel serpente e trouxe salvação ao mundo" (Pio IX: constituição *Ineffabilis Deus,* 8 de dezembro de 1854).

E Pio IX acrescentou o seguinte: "Se alguém tiver a presunção [...] de pensar contra a nossa definição [da Imaculada Conceição], que aprenda e saiba que, CONDENADO PELO SEU PRÓPRIO JULGAMENTO, ele sofreria naufrágio na fé e CESARIA DE ESTAR NA UNIDADE DA IGREJA; e que, além disso, ele incorreria, POR ISSO MESMO, nas penas do direito, se ousasse expressar em voz alta ou por escrito ou de qualquer outra maneira externa que fosse o que ele pensa".

I. Eu creio que "Ele desceu aos infernos" [HERESIA DE ABELARDO E DE CALVINO]

Segundo a doutrina cristã bimilenar, Jesus morreu, desceu aos infernos (= aos limbos, mas não ao inferno), ressuscitou e depois subiu ao céu.

Segundo o herege Abelardo, combatido por São Bernardo, Nosso Senhor desceu aos infernos não com sua alma, mas "apenas em poder". Wojtyla retomou a heresia abelardiana em seu discurso na audiência geral de 11 de janeiro de 1989.

O herege genebrino Calvino também afirmava que a descida aos infernos seria uma descida imaginária (Calvino: *Instituição da Religião Cristã,* 1536, livro II, cap. XVI, § 10-12).

J. Eu creio que "Ele subiu aos céus" [FICÇÃO METAFÓRICA]

Segundo Wojtyla, a ascensão de Jesus é uma "representação metafórica". Isso significa que a ascensão é apenas uma imagem, uma ficção poética. De acordo com Wojtyla, o relato da ascensão é "uma frase 'condensada' em poucos dias pelos textos que tentam apresentá-la de forma acessível para aqueles acostumados a raciocinar e falar por meio de metáforas temporais e espaciais".

K. Eu acredito que Ele 'voltará para julgar os vivos e os mortos' [HERESIA DE ZANINUS DE SOLCIA AMPLIFICADA POR WOJTYLA]

Proposição condenada: 'Todos os cristãos serão salvos' (Erro de Zaninus de Solcia condenado pelo papa Pio II: carta *Cum sicut,* 14 de novembro de 1459).

A Igreja conciliar vai além de Zaninus de Solcia: não apenas todos os cristãos, mas até mesmo todos os homens sem exceção são salvos. 'Pela sua encarnação, o Filho de Deus de certo modo se uniu a todo homem' (declaração conciliar *Gaudium et Spes,* § 22, citada no *Catecismo da Igreja Católica,* nº 521). Jesus Cristo 'se uniu para sempre a cada um' (Wojtyla, 22 de dezembro de 1979). Portanto, ou Jesus queima em união com os condenados, ou todos os homens são salvos. Qualquer que seja a opção escolhida, é herética."

L. Eu creio no Espírito Santo" [TRÊS PECADOS WOJTYLIANOS CONTRA O ESPÍRITO SANTO]

O herege Wojtyla:

1. Abandona o *Filioque,*
2. Atribui ao Espírito Santo a obstinação no paganismo e
3. Arruína a teologia dos sacramentos.

1. ABANDONO DO FILIOQUE: Primeiramente, o dogma católico. O Espírito Santo procede do Pai *e do Filho* (em latim: *Filioque).* Os gregos cismáticos (inadequadamente chamados de "ortodoxos") negam este dogma. Fotius negou-o, assim como o bispo de Constantinopla, Miguel Cerulário, que desencadeou o cisma oriental em 1054. Os gregos retornaram à doutrina correta durante o Segundo Concílio de Lyon, mas logo caíram novamente no erro. Eles reconheceram novamente o *Filioque* no Concílio Ecumênico de Florença, depois que um cardeal latino citou uma sentença de São Epifânio, um dos Padres da Igreja gregos muito venerado pelos orientais. No entanto, após o concílio, os gregos voltaram à sua heresia. Em 1453, oito anos após o Concílio de Florença, a cidade de Constantinopla foi capturada pelos turcos. Os gregos haviam blasfemado contra o Espírito Santo ~ sua capital foi invadida no dia de Pentecostes, que é a festa do Espírito Santo!

Que os gregos tenham sido punidos por Deus por terem negado o *Filioque* não se deve apenas a essa extraordinária coincidência de datas, mas também a uma revelação privada do bem-aventurado Constante de Fabriano (falecido em 1481). Ele fazia fervorosas orações para que os muçulmanos não invadissem Constantinopla. No entanto, Deus revelou-lhe que permitiria a invasão turca para punir os gregos cismáticos, culpados por terem negado o *Filioque.*

Laxismo wojtyliano: ao invés de distinguir entre os "católicos" que reconhecem o *Filioque* e os "hereges" gregos que negam este dogma, Wojtyla transforma os cismáticos (e hereges) gregos em "cristãos orientais". Segundo ele, existiria uma "tradição oriental" e uma "tradição ocidental", que seriam complementares. "Esta legítima complementaridade, se não for rigidificada, não afeta a identidade da fé na realidade do mesmo mistério confessado" (*Catecismo da Igreja Católica,* nº 248).

Esta maneira de apresentar a fé é errônea:

1. A verdadeira tradição oriental favorece o *Filioque* (São Gregório de Nissa, São Epifânio), enquanto os gregos cismáticos a traem. Os gregos até agem como falsificadores, pois suprimiram em escritos de São Gregório de Nissa e também nos atos do Sexto Concílio Ecumênico passagens onde o dogma do *Filioque* é ensinado!
2. Não há "complementaridade", mas **negação da fé solenemente definida** no Concílio de Florença **por gregos e latinos!**
3. Aquele que permanece firmemente ligado ao *Filioque* é hipocritamente acusado de "rigidez na complementaridade": não se poderia desacreditar melhor a sã intransigência sobre um artigo de fé católica e divina!
4. É **de fé** que a adição do "Filioque" no credo foi uma medida razoável e útil.

Wojtyla afirma até mesmo que a Igreja romana precisaria das luzes dos hereges gregos: "Por serem complementares, as duas tradições são, até certo ponto, *imperfeitas* se consideradas isoladamente. É no encontro delas que podem se complementar mutuamente e apresentar uma interpretação *menos inadequada* do 'mistério oculto desde séculos e gerações, mas agora manifestado aos santos'" (*Documentation catholique,* 16 de fevereiro de 1986, p. 183).

Os gregos negam um artigo de fé. Wojtyla alinha-se a eles. "Alguns católicos, incluindo o papa, admitem que se possa recitar o *credo* sem o *Filioque,* como foi feito em São Pedro de Roma" (Michel Endokimov, *La Croix,* 15 de fevereiro de 1986).

---

2. A OBSTINAÇÃO NO PAGANISMO, FRUTO DO ESPÍRITO SANTO: Wojtyla retoma algumas antigas heresias. Mas ele também sabe ser criativo. De fato, devemos a ele uma invenção original. A obstinação no paganismo seria... o fruto do Espírito Santo!

"O Espírito Santo está até misteriosamente presente nas religiões e culturas não-cristãs" (discurso de 26 de março de 1982). Isso é evidentemente falso, pois contrário às Sagradas Escrituras: "Todos os deuses das nações pagãs são demônios" (*Salmo* XCV, 5). Mais uma vez, chegamos à mesma conclusão: Wojtyla é um herege. Pois aquele que sustenta o contrário do que foi claramente revelado na Bíblia é, *ipso facto*, um herege (São Tomás: *Suma Teológica,* I, q. 32, a. 4).

Qualquer pessoa que estude as religiões não-cristãs rapidamente percebe que são um tecido de absurdos e até de torpezas. Bem, a partir de agora, a adesão a tais erros deve ser atribuída ao Espírito Santo. Citando Wojtyla: "A firmeza na crença daqueles que professam religiões não-cristãs vem do Espírito da Verdade" (encíclica *Redemptor hominis,* 4 de março de 1979).

Existem traduções de *Redemptor hominis* que são inexatas: a firmeza dos pagãos seria "às vezes um efeito do Espírito da Verdade". A divergência entre os tradutores exige um exame do texto latino oficial da encíclica. Aqui está ele: "Nonne interdum firma persuasio non christianas religiones profitentium, quae et ipsa procedit a Spiritu veritatis, extra fines aspectabiles Corporis mystici operante - forsitan confundat christianos...". Uma tradução correta seria formulada assim: "Não acontece por vezes que a firme convicção daqueles que professam religiões não-cristãs - que também procede do Espírito da Verdade, operando além dos limites visíveis do Corpo místico - não envergonhe os cristãos...?".

É verdade que a frase está na forma interrogativa, mas ela contém no meio uma afirmação. O "quae et ipsa" se refere à "firma persuasio". A proposição afirmativa inserida no meio da frase interrogativa é esta: "firma persuasio non christianas religiones profitentium procedit a Spiritu veritatis, extra fines aspectabiles Corporis mystici operante". Isso significa afirmar que a obstinação no paganismo anticrostão procede do Espírito Santo.

---

3. RUÍNA DA TEOLOGIA SOBRE OS SACRAMENTOS: Em outra encíclica (*Dominum et vivificantem,* 18 de maio de 1986), Wojtyla afirma a suposta habitação do Espírito Santo "no coração de cada homem". O Espírito Santo "é dado aos homens. E da abundância deste Dom não criado, cada homem recebe em seu coração o dom criado particular pelo qual os homens se tornam participantes da natureza divina. Assim, a vida humana é penetrada pela vida divina." Com esta encíclica, Wojtyla arruína a teologia católica sobre os sacramentos, fonte da graça. Se todos têm o Espírito Santo, para que servem então o batismo ou a confissão? Sempre este novo dogma do "homem-deus".

---

[1] Os verdadeiros registros do Sétimo Concílio, mantidos pelos Latinos, mencionam "Credimus et in Spiritum sanctum Dominum, et vivificatorem, ex Patre Filioque procedentem"; enquanto nos exemplares mantidos pelos Gregos, lê-se apenas "ex Patre procedentem". No Concílio de Florença (onde se reuniram Gregos e Latinos), o cardeal Julianus observou esta omissão. Julianus obteve suas informações de Emmanuel Caleca, um tipo de "transfuga" grego convertido à Igreja Latina e Romana em 1396 (informação encontrada em Baronius: *Annales Ecclesiastici,* anno 680). Os Gregos, para negar o *Filioque*, removeram a preposição "ex" de um texto de São Gregório de Nissa (informação encontrada em Guérin: *Les conciles généraux et particuliers,* Bar-le-duc 1872, t. II, p. 557).

[2] "Portanto, em nome da Santa Trindade, do Pai, do Filho e do Espírito Santo, com a aprovação deste santo concílio universal de Florença, NÓS DEFINIMOS ESTA VERDADE DE FÉ para que seja crida e recebida por todos os cristãos, e que todos a professam: que o Espírito Santo procede eternamente do Pai e do Filho (*ex Patre et Filio*), e que ele possui sua essência e seu ser subsistente tanto do Pai quanto do Filho ao mesmo tempo, e que procede eternamente de ambos como de um único princípio e de uma única espiração" (Concílio de Florença: bula *Laetentur caeli,* 6 de julho de 1439).

[3] "NÓS DEFINIMOS AINDA MAIS: a explicação contida nestas palavras: '*Filioque*' foi adicionada ao símbolo de maneira lícita e razoável para iluminar a verdade e por uma necessidade urgente naquela época" (Concílio de Florença: bula *Laetentur caeli,* 6 de julho de 1439).

M. Eu creio "na Igreja una, santa, católica e apostólica" [A RELIGIÃO À LA CARTE]

Wojtyla, com o objetivo de federar todas as religiões do globo, revaloriza as religiões não-católicas:

1. **LUTERANISMO**: Primeiramente, recordemos alguns dados históricos. Os luteranos são considerados hereges e foram alvo de vários anátemas pelo Concílio de Trento. Para justificar suas especulações, Lutero falsificou a Bíblia. Ele *acrescentou* uma palavra a uma frase de São Paulo ("a fé salva" tornou-se "a fé *somente* salva") e *suprimiu* a epístola de São Tiago por causa da frase "a fé sem obras é morta". Lutero fez *Comentários de Mesa (Tischgespräche)* desagradáveis sobre a sexualidade de Nosso Senhor; "casou-se" com uma freira, frequentemente se embriagava e acabou se enforcando após uma orgia. Ele admitiu em seus escritos que sua doutrina sobre a Missa era do diabo.

Lutero exclamava: "Quando a Missa for abolida, eu penso que teremos derrubado o papado! [...] Tudo desmoronará quando sua Missa sacrílega e abominável desabar". Alguns séculos depois, seu desejo foi realizado: *seis pastores protestantes* deram instruções à comissão litúrgica de Montini, que criou uma "nova Missa" luterano-conciliar.

Pequeno detalhe significativo: a Missa católica invoca a Deus nove vezes *(Kyrie eleison. Kyrie eleison. Kyrie eleison. Christe eleison,* etc.). Isso imita os nove coros dos anjos, como explica Dom Guéranger. O *Novus Ordo Missae* de Montini contém apenas três invocações *(Kyrie eleison. Christe eleison. Kyrie eleison)*. Isso imita a *Deutsche Messe* ("Missa alemã") codificada por Lutero, que reduziu para três o número de invocações.

"Venho a vocês, ao legado espiritual de Martinho Lutero, venho como peregrino" (encontro de Wojtyla com o Conselho da Igreja Evangélica, em 17 de novembro de 1980). "Este diálogo encontra seu sólido fundamento, segundo os textos evangélicos luteranos, naquilo que nos une mesmo após a separação: ou seja, a palavra das Escrituras, as confissões de fé, os concílios da Igreja antiga" (Mensagem de Wojtyla a Willebrands por ocasião do 500º aniversário do nascimento de Lutero; *Documentation catholique,* 4 de dezembro de 1983, p. 1071). Wojtyla, portanto, tem a mesma "confissão de fé" que os luteranos, que são considerados hereges.

A "Confissão de Augsburgo" *(Confessio Augustana)* é a profissão de fé fundamental da seita luterana. Foi redigida por Melanchton (amigo de Lutero) em latim e alemão, e apresentada ao imperador Carlos V durante a Dieta de Augsburgo em 1530. Em 31 de outubro de 1999, aniversário da "Confissão de Augsburgo", luteranos e conciliares assinaram uma "Declaração Comum sobre a

Justificação", além de um "Apêndice". Aqueles que assinam ou elogiam a declaração comum são anátemas pelo Concílio de Trento. No entanto, a sala de imprensa do Vaticano (www.vatican.va) anunciou: "LOUVOR DA DECLARAÇÃO COMUM SOBRE A JUSTIFICAÇÃO" e reproduziu um discurso que culminava com esta frase: "Um documento como este constitui uma base sólida para a continuidade da pesquisa teológica ecumênica" (Wojtyla: discurso durante o Angelus, 31 de outubro de 1999).

Um trecho do apêndice desta declaração comum passou praticamente despercebido. No entanto, é surpreendente ao extremo! Aqui está ele: "A Igreja Católica e a Federação Luterana Mundial iniciaram o diálogo e o continuaram como parceiros com direitos iguais *('par cum pari')* . Apesar das diferentes concepções de autoridade na Igreja, cada parceiro respeita o processo seguido pelo outro para tomar decisões doutrinárias" (Apêndice à declaração, nº 4, in: *Documentation catholique, 1999,* p. 722).

O dogma da infalibilidade é assim negado indiretamente: se "respeitar o processo seguido pelo outro para tomar decisões doutrinais" significa endossar a insurgência de Lutero contra Leão X, absolver a revolta dos protestantes contra a infalibilidade do papado e da Igreja Católica, definida solenemente no Vaticano I! E se considerarmos que a Igreja Católica e a seita luterana dialogam como "par cum pari", estamos destruindo completamente a constituição divina da Igreja, pois essa expressão latina deve ser traduzida como "de igual para igual". Mas, segundo o Papa Pio VII, "colocar a Igreja - a santa e imaculada esposa de Cristo, fora da qual não há salvação - em pé de igualdade com as seitas dos hereges" é uma "heresia desastrosa e eternamente deplorável" (Pio VII: carta apostólica *Post tam diuturnas*, 29 de abril de 1814)!

Poderíamos traduzir de outra forma a expressão "par cum pari". Mas o resultado seria igualmente prejudicial para a Igreja. Encontramos em Cícero (*Cato Major, de senectute,* 7) a seguinte frase: "pares cum paribus congregantur", que significa "os semelhantes se reúnem".

Conclusão: os protestantes são hereges. Os conciliares que se reúnem com eles provam por si mesmos que também são hereges. Como disse o grande filósofo grego Platão: "o semelhante se reúne ao semelhante".

---

2. ISLAM: "Ele é Deus único, Deus implorado. Ele não gerou nem foi gerado" (surata muçulmana, pronunciada em 26 de outubro de 1986 em Assis). "Aquele que crê na Trindade é impuro da mesma forma que o excremento e a urina" (artigo 2 da lei muçulmana).

Wojtyla estaria se convertendo ao islamismo? Um trecho de um de seus discursos sugere isso. "Os muçulmanos são nossos irmãos na fé em Deus único" (discurso aos muçulmanos, Paris, 31 de maio de 1980). Em maio de 1985, Wojtyla, ao se dirigir aos muçulmanos da Bélgica, mencionou "nossos respectivos livros sagrados"! Em 14 de maio de 1999, ele abraçou o Corão! Em 21 de março de 2000, ele rezou desta maneira: "Que São João Batista proteja o Islã" (*Osservatore Romano*, edição francesa de 28 de março de 2000)!

---

3. ANIMISMO: "Fugi da idolatria. O que os pagãos sacrificam é oferecido aos demônios, e não a Deus. E eu não quero que vocês tenham comunhão com os demônios. Vocês não podem beber da taça do Senhor e da taça dos demônios ao mesmo tempo. Não queremos provocar o ciúme do Senhor? Será que somos mais fortes do que ele?" (1 Coríntios 10:14-22).

IDOLATRIA WOJTYLIANA: Segundo o *Osservatore Romano* (edição italiana, agosto de 1985, em um artigo intitulado "Uma oração na floresta sagrada"), Wojtyla participou do culto a falsas divindades na "floresta sagrada" do lago Togo. Um feiticeiro evocou espíritos infernais: "Poder da água, eu te invoco; ancestrais, eu os invoco...". Em seguida, foi apresentado a Wojtyla um recipiente cheio de água e farinha; ele se curvou e espalhou a mistura em todas as direções. Este rito pagão significa que aquele que recebe a água, símbolo da prosperidade, a compartilha com os ancestrais ao espalhá-la sobre a terra. Wojtyla sabia perfeitamente que se tratava de um ritual religioso: "Particularmente característica foi a reunião de oração no santuário do lago Togo, onde rezei, pela primeira vez, com os animistas" (*La Croix*, 23 de agosto de 1985).

Nas Ilhas Fiji, ele consumiu o *kava* (uma bebida mágica preparada por feiticeiros, contendo uma droga).

---

4. BUDISMO E HINDUÍSMO: Na Índia, em 2 de fevereiro de 1986, uma sacerdotisa de Shiva marcou Wojtyla na testa com o sinal do *tilac* (fotografado em *La Croix*). Em 5 de fevereiro, em Madras (Sul da Índia), trouxeram-lhe uma cana-de-açúcar trançada em forma de *lingam* (falo), uma oferenda hindu ao deus carnal. Um homem aplicou-lhe *vibhuti* (cinzas "sagradas", feitas de esterco de vaca).

"A colaboração entre todas as religiões é necessária para a causa da humanidade [...] Hoje, como hindus, sikhs, budistas, jainistas, parsis e cristãos, estamos reunidos para proclamar a verdade sobre o homem [...] Discriminações baseadas em raça, cor, crença, sexo ou origem étnica são radicalmente incompatíveis com a dignidade humana" (Wojtyla, em: *La Croix*, 4 de fevereiro de 1986). O *Dictionnaire pratique Quillet* (1963) define o termo "discriminação" como "Faculdade de distinguir, discernir. A discriminação entre o bem e o mal". Wojtyla não distingue mais entre verdadeiro e falso; segundo ele, todas as religiões proclamam "a verdade sobre o homem". Mas então, se os hindus, etc., já proclamavam a verdade muito antes da Encarnação, para que serviu fundar o cristianismo?

Wojtyla, descalço em peregrinação ao túmulo de Gandhi, compartilha seu entusiasmo com a multidão: "Que estas palavras [as bem-aventuranças] e outras expressões dos livros sagrados das outras grandes tradições religiosas presentes no solo fértil da Índia sejam uma fonte de inspiração para todos os povos [...] Mahatma Gandhi nos ensinou que se todos os homens e mulheres, independentemente de suas diferenças, se apegarem à verdade, com respeito e dignidade únicos de todo ser humano, uma nova ordem mundial, uma civilização do amor, pode ser alcançada" (*Documentation catholique*, 1986, p. 284-285). Assim, os católicos deveriam agora meditar nos textos do paganismo da Índia ("livros sagrados!"), a fim de ter sucesso onde dois mil anos de cristianismo falharam. Gandhi era maçom. Além disso, ele foi iniciado na teosofia. Sua doutrina "não violenta" foi um fracasso, pois ele foi assassinado e a Índia descolonizada imediatamente mergulhou em guerra civil. Segundo Wojtyla, o ensinamento de Mahatma seria mais eficaz do que

o de Nosso Senhor Jesus Cristo, chamado de "Príncipe da Paz", e mais eficaz do que sua santa Mãe, invocada como "Rainha da Paz".

«Aquele que vos fala hoje está convencido de que o homem é o caminho que a Igreja Católica deve seguir para ser fiel a si mesma. [...] Não é isso que Mahatma Gandhi expressou: 'O que eu quero alcançar, pelo que tenho me esforçado [...] é a realização de mim mesmo: ver Deus face a face'» (*Documentation catholique*, 1986, p. 289). Segundo a filosofia panteísta da Índia, todo homem tem dentro de si uma parte de Deus. A "realização espiritual" consiste em despertar a consciência de que se é Deus. É por isso que Gandhi, ao se ver a si mesmo, pensa estar vendo a Deus, que não é senão Gandhi mesmo! O homem é Deus; é por isso que, para Wojtyla, o caminho da Igreja é o homem. Wojtyla está imerso na gnose panteísta.

"Permitam-me dirigir uma saudação especial aos membros da tradição budista enquanto se preparam para celebrar os festivais do nascimento de Buda. Que sua alegria seja completa e sua felicidade plena" (Seul, 6 de maio de 1984). Que espírito missionário!

---

5. JUDAÍSMO: Em 1935, um memorando secreto da B'nai B'rith (uma associação maçônica exclusiva para judeus) mencionava os progressos alcançados na questão da infiltração: "Empurramos alguns de nossos filhos para se integrarem no corpo católico com a missão explícita de trabalhar muito mais eficazmente na desintegração da Igreja Católica. [...] Nisso, seguimos o conselho de nosso príncipe dos judeus, que sabiamente disse: 'Façam alguns de nossos filhos cardeais e bispos para que eles destruam a Igreja'" (in: *La lettre de l'alliance Saint-Michel*, nº 73, Modane, fevereiro de 1996).

Em 1963, Maurice Pinay (pseudônimo do bem informado jesuíta Saenz y Arriaga) distribuiu seu *Complot contre l'Église* aos bispos reunidos no Vaticano, revelando os planos dos marranos: a revogação da excomunhão dos comunistas, a condenação do antissemitismo, a modernização da Igreja.

Pouco antes da morte de Roncalli, Pinay, na prefácio da edição austríaca, profetizou: "A insolência do comunismo, da maçonaria e do judaísmo chegou a tal ponto que eles já falam em colocar sob seu controle o próximo conclave, com o objetivo de colocar um de seus auxiliares no trono de São Pedro". Ele estava se referindo a Montini, cujos pais eram judeus.

Em 12 de março de 2000, Ratzinger, o suposto prefeito da Congregação para a Doutrina da Fé, inaugurou de maneira bastante estranha uma cerimônia de arrependimento: ele acendeu um candelabro de sete braços, que é, como todos sabem, o símbolo por excelência do judaísmo. Durante a cerimônia, o pseudo-pontífice Wojtyla fez um pedido de perdão sem precedentes: "Deus de nossos pais, tu escolheste Abraão e sua descendência para que o teu nome seja levado às nações: estamos profundamente entristecidos pelo comportamento daqueles que, ao longo da história, os fizeram sofrer, eles que são teus filhos e, ao pedir-te perdão, queremos nos comprometer a viver uma fraternidade autêntica com o povo da aliança".

Esta maneira de apresentar o povo judeu é judaica e não cristã: os judeus se consideram como "filhos da aliança" (a organização maçônica judaica se chama precisamente "B'nai B'rith", que significa "filhos da aliança"). Por outro lado, os cristãos ainda falam da "antiga aliança". Esse uso

remonta ao próprio Cristo: não foi Ele quem instituiu, na Quinta-Feira Santa, "uma aliança nova e eterna" com os cristãos? O fato de Wojtyla usar a expressão "povo da aliança" e não "povo da antiga aliança" provavelmente se explica por suas origens familiares. Na época de sua eleição, a *Tribune juive* revelou que sua mãe era judia.

Em abril de 1999, Ariel Sharon, líder do Likud (um partido político de direita em Israel), visitou Wojtyla e lhe presenteou um mapa-múndi do século XVII, *Nova totius terrarum orbis tabula*, onde a Judeia e Samaria são mencionadas em latim. Wojtyla olhou para o mapa e repetiu várias vezes: "Eu estou chegando na Terra Prometida". Sharon ficou surpreso que Wojtyla evocasse "a Terra Prometida dos judeus e não a Terra Santa dos cristãos". Então, diante dos olhares atônitos de seus interlocutores, Wojtyla, com os olhos semi-cerrados, recitou em hebraico o nome de cada um dos lugares santos listados em latim no mapa (*Paris-Match*, 6 de abril de 2000)!

Em 26 de março de 2000, Wojtyla foi ao Muro das Lamentações, o último vestígio do Templo de Salomão em Jerusalém e um lugar sagrado do judaísmo. Seguindo uma prática exclusivamente judaica, ele colocou um pequeno bilhete em uma rachadura no muro. Neste bilhete estava escrita sua solicitação de perdão aos judeus conforme citado acima.

O escritor israelense Yoram Kaniuk explicou esse gesto judaico de Wojtyla da seguinte maneira: "É absurdo esperar que o papa expresse um arrependimento maior ou se desculpe mais do que já fez pelo Holocausto e pela Inquisição, assim como pelos milênios de ódio. Ele não tem mandato de seus predecessores, que, por serem papas, não podiam errar. Ele tem, por outro lado, um mandato de amor recebido de seu Deus e que vem de sua mãe, tanto para se desvencilhar disso como cristão, quanto ao mesmo tempo para pedir piedade como órfão de uma judia" (Yoram Kaniuk: artigo no *La Repubblica* de 22 de março de 2000, citado pela revista *Sodalitium*, nº 50, junho/julho de 2000).

Um ashkenazi, Aaron Lustiger (pseudo-arcebispo de Paris), acrescentou uma observação interessante: "Ele orou, ele orou como um crente [judeu], que sabe que este muro de Herodes é o muro do Templo onde reside a glória de Deus" (*La Croix*, 6 de abril de 2000).

Entretanto, o Templo de Jerusalém não é mais de forma alguma um lugar "onde reside a glória de Deus", pelo contrário! Pois os anjos guardiães deixaram o Templo... no dia de Pentecostes! "O que poderia ser mais impressionante do que o terrível ruído que os sacerdotes ouviram dentro do santuário no dia de Pentecostes, e aquela voz clara que saiu do fundo deste lugar sagrado: 'Saímos daqui, saímos daqui'? Os santos anjos protetores do Templo declararam claramente que o abandonavam, porque Deus, que havia estabelecido ali sua morada durante tantos séculos, o tinha rejeitado" (Mgr. Jacques Bénigne Bossuet: *Discurso sobre a história universal*, 1681, parte II, capítulo 21, citando como referências o historiador judeu Flávio Josefo: *A Guerra dos Judeus*, livro VII, capítulo 13 (outras fontes livro VI, capítulo 5) e o historiador pagão romano Tácito: *Histórias*, livro V, capítulo 13).

Em 29 de agosto de 70, o Templo foi destruído pelo exército romano, como punição pelo deicídio, conforme profetizado pelo Filho de Deus (Mateus XXIV, 1-2; Lucas XIX, 41-44). Os habitantes de Jerusalém, por não terem reconhecido o Messias, foram reduzidos à escravidão pelos romanos. O povo judeu foi expulso da Palestina e disperso pelo mundo. Assim surgiu a "diáspora".

Algumas colunas do Templo de Jerusalém destruído foram transportadas para Roma e reutilizadas na construção da Basílica de São Pedro. Assim, de certa forma, o novo Templo, o novo "lugar sagrado" por excelência, agora está em Roma.

O profeta Daniel e o próprio Nosso Senhor predisseram "a abominação da desolação no lugar santo" (Mateus XXIV, 15)!

No contexto bíblico, "abominação" frequentemente é sinônimo de "ídolo", porque o culto falso aos ídolos é abominável. O "lugar santo", como mencionamos, agora está em Roma. E Roma não tem como ídolo Karol Wojtyla, líder de um culto falso?

São Vicente Ferrer (1350 - 1419) viveu durante o Grande Cisma do Ocidente, quando vários falsos papas estavam em atividade. Segundo São Vicente, "um falso papa é um ídolo", e obedecer a tal ídolo equivale a um ato de idolatria. "O papa legítimo é o pai universal dos cristãos, e a Igreja é a mãe. Portanto, ao prestar obediência a alguém que não é papa e ao atribuir-lhe as honras papais, violamos o primeiro mandamento da primeira tábua, que ordena: 'Não terás outros deuses diante de mim; não farás para ti imagem esculpida, nem figura alguma do que está em cima nos céus' (Deuteronômio V, 7-9). O que é um falso papa, senão um deus estrangeiro neste mundo, um ídolo, uma imagem ou representação fictícia de Cristo?" (São Vicente Ferrer: *Tratado sobre o Cisma Moderno*, parte 1, capítulo 3).